



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Silvana Nunes Fontes Moraes

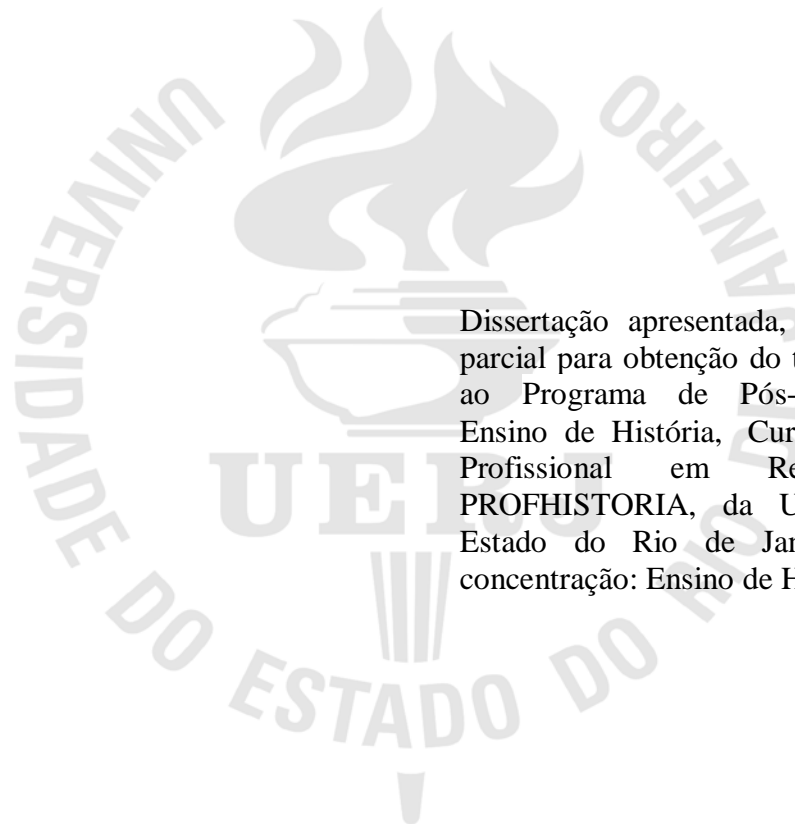
**Acendendo o candeeiro: Memórias em disputa em uma fazenda do Vale do
Paraíba Fluminense e seus usos no ensino de História**

São Gonçalo

2016

Silvana Nunes Fontes Moraes

**Acendendo o candeeiro: Memórias em disputa em uma fazenda do Vale do Paraíba
Fluminense e seus usos no ensino de História**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva

São Gonçalo
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

M827 Moraes, Silvana Nunes Fontes.
Acendendo o candeeiro: Memórias em disputa em uma fazenda do Vale do
Paraíba Fluminense e seus usos no ensino de História / Silvana Nunes Fontes
Moraes. – 2019.
75f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA)
– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. Paraíba do Sul, Rio, Vale –
História – Teses. 3. Escravidão – Teses. 4. Memória – Teses. I. Silva, Daniel
Pinha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação
de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 93(07)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Silvana Nunes Fontes Moraes

**Acendendo o candeeiro: Memórias em disputa em uma fazenda do Vale do Paraíba
Fluminense e seus usos no ensino de História**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 05 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Iamara da Silva Vianna
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Renata Figueiredo Moraes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2019

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus ancestrais, aos meus descendentes, a todo povo preto, aos profissionais de ensino, que mesmo em condições adversas continuam acreditando que a melhor estratégia para uma sociedade mais justa e igualitária é a educação, por entenderem que: “Uma chama não perde nada ao acender outra chama” (provérbio africano)

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de Mestrado não seria possível se o universo não tivesse conspirado a meu favor e colocado pessoas tão preciosas e especiais para ajudarem-me a escrever mais esse lindo capítulo em minha história da minha vida.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Pinha Silva, pela acolhida, por compartilhar seu saber, por me mostrar que era possível seguir no caminho, por todo empenho, respeito, correções, competência, paciência, muita paciência com que me orientou neste trabalho.

Às Professoras Doutoras Iamara, da Silva Vianna e Renata Figueiredo Moraes, que aceitaram fazer parte da minha banca de qualificação e deram contribuições valiosas para que esse trabalho se concretizasse.

À memória de todos os escravizados e homens e mulheres negros, que através do trabalho, da coragem, da resiliência, da sabedoria, da fé, resistiram e negociaram para que nós, seus descendentes chegássemos até aqui.

À amiga Laira de Azevedo Pinheiro, representante da turma de Mestrado, que se transformou em um porto seguro sendo imprescindível suas ações para minha continuidade nesse sonho

Ao amigo Clemir Barbosa do Nascimento, que demonstrou generosidade ao acolher-me nas tardes de nossas aulas de História local e que nos deu o exemplo que ser vice representante da turma, era significado de respeito e parceria.

À professora Carina Martins Costa que acreditou no meu potencial e articulou uma nova oportunidade e orientação junto a seus pares.

Aos professores do Mestrado Profissional da UERJ, que mesmo em condições adversas, não se permitiram procrastinar e deram um dos maiores exemplos do que é ser professor, não interrompendo nenhuma das nossas aulas.

Ao professor Dr. Roberto Guedes, da UFRJ, que através de nossos debates acalorados contribuiu para meu fortalecimento como mulher negra.

Às amigas Luciana Lúcia, da Silva e Cátia Louzada da UFRJ que me acolheram nas manhãs de terças feiras e em todos os momentos que debatemos os nossos enormes textos em inglês e francês da disciplina e por terem incentivando-me a inscrever-me em minha primeira apresentação oral na UFRJ.

À Prof. Dr^a Marcia Guerra, pelo ponta pé inicial para esse trabalho.

À amiga Sahra Balieiro Rodrigues, por acreditar e acompanhar-me nas minhas loucuras e em nossos desafios nas nossas aulas na Escola Municipal Rubens Machado e por ter incentivando-me a fazer a prova para o Mestrado.

À minha amiga irmã Deize Batalha, por mesmo no momento mais difícil da sua vida, olhar para mim e dizer, vai dar tudo certo.

À amiga Aline Rebouças e ao amigo João que quando o meu computador quebrou, uma saiu de carro para emprestar o seu e o outro imprimiu folhas sem fim e ainda revitalizou um notebook que só funciona na tomada, mas é o responsável por este trabalho estar sendo digitado.

À amiga Jamel, que além da acolhida em sua casa por seis meses, quase que não vou embora, sempre disse que seria possível e que era para eu fazer, porque ela não ia mais me ensinar.

À amiga Giseli Ovídio, que me chama de mulher preta e fez as correções desse trabalho.

Às amigas Lidiane Mendes e Juliana Lima pelas caronas e conversas e indicações de leituras que transformaram meu olhar para esse trabalho.

Ao amigo Leonardo Reis, por ter um dia me apresentado ao grupo Natiruts.

À Maísa, que mesmo sendo uma menina, tem a paciência de ler as minhas referências.

Aos colegas Edilene Ferreira, Douglas Ferreira e Douglas Vaz, Everaldo Magalhaes que contribuíram com ideia sobre empatia.

Ao colega Silvio Silva, que compôs um jongo em homenagem a esse trabalho.

Aos meus colegas e amigos de trabalhos na Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda e em todas as outras instituições já citadas aqui.

À amiga, Bruna Almeida, pelas caronas e aluguel dos ouvidos.

Às diretoras e diretores das instituições em que trabalho, que colaboram para que a conciliação entre estudo e trabalho fosse mais leve.

Ao meu marido, amigo e companheiro André, que apesar da sua tristeza, cuida dos nossos para que mais esse meu sonho seja realizado.

À minha mãe de criação Maria José Araújo, que decidiu aos 72 anos, acolher e incentivar a filha da sua empregada a estudar.

Aos proprietários das fazendas históricas do Vale do Paraíba que preservam parte do patrimônio brasileiro e lançaram as sementes para que eu escolhesse meu objeto de estudo.

À minha mãe Hilda Nunes, por ser a razão de eu estar aqui, não sei se lembrará que me tornei Mestre, mas um segundo do seu sorriso, um segundo de sua demonstração de orgulho, valerá por uma vida inteira.

Aos meus filhos, Daniel e Giovana que são a minha certeza que podemos ser eternos.

Ao Dr. Júlio José Araújo Junior, Procurador da Justiça, que “acendeu o candeeiro” ao propor um Termo de ajuste de conduta por uma denúncia de racismo.

Ao líder do quilombo de São José da Serra, Sr. Toninho Canecão, que fez-me entender o verdadeiro sentido do que é a luta do povo negro.

Aos meus alunos da Escola Municipal Rubens Machado, na qual entendi o significado do que é ser professor.

Aos meus alunos do Colégio Nossa Senhora do Amparo, que através de seus olhares, nossas conversas e seus abraços fortes, dizem que entendem o meu lugar de fala.

Aos meus alunos do Colégio Municipal Roberto Silveira, que fazem-me ter a certeza que a vida não escolhe os fracos para serem professores.

Aos meus irmãos de orientação Flávio e Fábio que me acolheram com muito carinho.

Ao meu parceiro de trabalho, Kleber Corrêa, que juntos na Implementação de História da Rede de Volta Redonda, acende o candeeiro, com suas mãos a minha, fomentando práticas e ideias que levem nossos amigos de profissão a possibilitarem histórias de superação, identidade e transformações que somente a educação consegue promover.

Aos professores da UFRRJ, pelas aulas e ensinamentos.

Aos funcionários das bandejeões, das bibliotecas, da segurança, da xerox que estavam sempre solícitos a atender-me.

A Bartira da Biapó, que disponibilizou dados para nossa pesquisa da reforma da fazenda Santa Eufrasia.

Aos companheiros de viagem de trem, foram tantas vezes que vocês já até guardavam lugar para mim.

Ao meu sogro que mesmo cumprindo lindamente a missão de cuidar da minha sogra, me acolhia de madrugada quando a minha internet não funcionava.

Aos meus enteados Teca e Northon, por estarem sempre por perto.

À memória de meu pai e da minha sogra.

A todos os colegas de Mestrado que compartilharam de momentos em sala de aula comigo, vocês foram imprescindíveis nessa trajetória.

À Deus, a Nossa Senhora, aos Orixás, aos seres transcendentais que me protegem e encaminham minhas ações para fazer o bem.

Como está escrito na obra, Olhos d'água de Conceição Evaristo” Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro”, obrigada a cada um de vocês por fazerem parte dele. nesse instante.

“A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada” (provérbio africano)

Que a pele escura
não seja escudo
para os covardes
que habitam na senzala
do silêncio.
Porque nascer negro é consequência.
Ser, é consciência
(*Sergio Vaz*, 2013, p.41)¹

¹ VAZ, Sergio, Colecionador de pedras – São Paulo: Global, 2013. Literatura periférica.

RESUMO

MORAES, Silvana Nunes Fontes. *Acendendo o candeeiro: Memórias em disputa em uma fazenda do Vale do Paraíba Fluminense e seus usos no Ensino de História*. 2019. 75f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

A presente Dissertação de Mestrado busca, de maneira geral, analisar as estratégias e seleções de memória construídas a partir das fazendas e seu potencial pedagógico para aulas de História, que visem “acender o candeeiro”, isto é, despertar um sentimento de identidade e sensibilização em relação aos escravizados e suas heranças para a formação social brasileira. Acender o candeeiro é uma metáfora para repensar formas de abordagem das memórias sensíveis, contidas nesses roteiros. Para alcançar este objetivo, faremos um estudo de caso sobre o roteiro turístico proposto pela Fazenda Santa Eufrásia e as recomendações de um termo de ajustamento de conduta, proposto pelo Ministério Público, tendo em vista os usos do passado empenhados ali e seus fins turísticos e comerciais e os modos pelos quais o professor de história poderia se apropriar da visita à fazenda em sua aula, ou seja, que o professor se faça autor da aula na medida em que consegue realizar uma avaliação crítica das múltiplas formas de difusão pública da história da região, compreendendo, em que medida é possível “acender o candeeiro” a partir da experiência da visita a esta fazenda ou outras na região. Neste sentido, apresentamos também uma proposta de formação de professores e um roteiro pedagógico a ser utilizado e adaptado por professores em visitas às fazendas no Vale do Paraíba Fluminense.

Palavras-chave: História pública. Vale do Paraíba. Escravidão. Memória.

ABSTRACT

MORAES, Silvana Nunes Fontes. *Igniting the lamp: Memories in dispute at a farm in the Paraíba Valley Fluminense and its uses in Teaching History*. 2019. 75f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

This Master's Dissertation seeks, in a general way, to analyze the strategies and memory lessons built from the farms and their pedagogical potential for History classes, which aim to “light the lamp”, that is, to awaken a sense of identity and sensitization regarding the enslaved and their inheritances for the Brazilian social formation. Lighting the lamp is a metaphor for rethinking ways of approaching sensitive memories contained in these scripts. To achieve this goal, we will make a case study on the tourism itinerary proposed by Fazenda Santa Eufrásia and the recommendations of a conduct adjustment agreement, proposed by the Public Prosecution Service, considering the past uses committed there and their tourism purposes and commercials, and the ways in which the history teacher could appropriate the visitation to the farm in his class, that is, the teacher to author the class to the extent that he can critically evaluate the multiple forms of public dissemination the history of the region, including the extent to which it is possible to “light the lamp” from the experience of visiting this farm or others in the region. In this sense, we also present a proposal for teacher training and a pedagogical script to be used and adapted by teachers to visit the farms in the Paraíba Fluminense Valley.

Keywords: Public History. Paraíba Valley. Slavery. Memorie.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FIMUCTI	Feira Intermunicipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Vale do Café
INEPAC	Instituto Estadual de Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NTS	Nova Transportadora do Sudeste S/A
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à DocênciaOCÊNCIA
SIMCTIVALE	Semana Internacional de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento do Vale do Café
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAG	Transportadora Associada de Gás/PETROBRAS
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UGB	Centro Universitário Geraldo Di Biase

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	ACENDENDO O CANDEEIRO: NA HISTORIOGRAFIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA	21
1.1	Perspectiva Historiográfica: Escravizado como sujeito da História	21
1.2	Acendendo o candeiro no Ensino de História: os impactos das leis 10639/03 e 11645/08	27
1.3	Girando o olhar sobre o negro na história e na escola: redefinindo identidades	38
2	O USO PÚBLICO DA ESCRAVIDÃO NAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO DA FAZENDA SANTA EUFRÁSIA	39
2.1	O processo de restauração	43
3	ACENDENDO O CANDEEIRO NA AULA DE HISTÓRIA: PROPOSTA DE ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES NAS FAZENDAS CAFEEIRAS DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE	55
3.1	Proposta de intervenção: formação continuada para professores da formação continuada	55
3.2	A importância da formação continuada	57
3.2.1	<u>Descrição da formação e dados gerais</u>	59
3.2.2	<u>Inspiração para a formação</u>	59
3.2.3	<u>Roteiro da proposta para a formação continuada</u>	61
3.3	Sugestões de práticas aos discentes	66
	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado privilegiará a região nomeada geograficamente de Vale do Paraíba Fluminense que engloba inúmeros municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, dentre eles, Barra do Piraí, Pinheiral, Vassouras e Valença, que eram importantes no cenário nacional, por conta da cultura cafeeira inserida na região nas primeiras décadas dos oitocentos. No Brasil Imperial Oitocentista esta região se destacava nacionalmente, especialmente a partir da década de 1830, por conta de sua economia baseada na produção cafeeira, que transformava as terras outrora ocupada pelos índios coroados, denominados nessa região como araris e puris. O fato de ser banhada pelo rio Paraíba do Sul², que ao longo de suas margens por conta da abundância de recurso hídrico e possibilidade de navegação, contribuiu para a ocupação, povoamento e desenvolvimento agrícola que seria um dos suportes do período. Em inúmeros povoados, tomados por migrantes que tinham espírito aventureiro e condições financeiras para transformá-la em um polo de produção agrícola, que além do destaque econômico, atendia politicamente aos interesses do governo imperial.

Entende-se o Vale Fluminense dos oitocentos como o cenário de relações baseadas na dinâmica social escravista marcada, fundamentalmente, pela relação entre senhores e escravizados. Nesse contexto histórico, para ser um “par do reino”, era necessário atender aos requisitos de desenvolvimento do período e estar vinculado a dois pilares: a posse de terras e de seres humanos, os escravizados³. Essa classe senhorial escravista era formada por fazendeiros que obtinham títulos nobiliárquicos, ocupavam cargos públicos nas câmaras e nas irmandades e eram responsáveis pelas aberturas das estradas, pela economia, política e financiamento de um país recém-formado⁴. Os escravizados eram trazidos em sua maioria de Angola e Moçambique na África, tendo como destino as unidades produtoras que visavam ao uso de sua mão de obra na execução de todo tipo de trabalho.

A escravização era legitimada pelo Estado e uma das bases de sustentação desta sociedade, marcada por hierarquias e exclusões, deixando marcas profundas na formação social brasileira contemporânea, trazendo à tona perguntas fundamentais que orientam esta

² MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. Acessado em 20.07.2017. Disponível em www.institutocidadeviva.org.br/inventários.

³ STEIN, Stanley J. Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 – 1900, capítulo III, O trabalho na fazenda Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁴ O poder no novo estado tinha origem na classe agrária, e esta estava comprometida com a escravatura. [...], quão contraditório era consagrar na Constituição a liberdade individual e a igualdade de todos perante a lei e, ao mesmo tempo, preservar intocada a escravidão (p.20). In SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África, Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2003.

pesquisa: o que lembrar e o que esquecer deste passado escravista? Que seleção memorial é privilegiada na construção dos roteiros turísticos e pedagógicos de fazendas que hoje despertam tanto interesse de visitantes?

Estamos falando de uma região que conheceu seu declínio econômico justamente no contexto de passagem do regime monárquico para o republicano. As mudanças no eixo geográfico de poder contribuíram para o declínio da região da época de luxo, ostentação e prosperidade em diversas vilas do Vale do Paraíba Fluminense. Em diferentes pontos da região, extensas plantações de cafeeiros deixaram de florescer seus frutos verdes nas encostas dos morros de meia laranja. Levando a desaparecer da paisagem rural dois elementos de destaque e formadores de imensas riquezas: as filas intermináveis de cafeeiros a percorrer os flancos das montanhas e as extensas levas de cativos destacados para o trato.

Em várias zonas agrícolas de exploração pioneira, nunca mais homens, mulheres e crianças seriam conduzidos por mãos de feitores e capatazes em direção ao duro trabalho diário que o café requeria para o pleno florescimento dos grãos. A falência de diversos cafeicultores se transforma num processo irreversível, em decorrência do esgotamento do solo, a falta de áreas de floresta e a negativa dos bancos em fornecerem novos créditos a esses senhores para serem incorporados ao sistema de grande lavoura. A falta do dinheiro investido no setor produtivo local conduz a falência de muitos empreendimentos dependentes da exportação do café, transformando o panorama econômico das antigas zonas cafeeiras. Do ponto de vista demográfico, o abandono de diversas propriedades agrícolas estimulou a migração forçada ou voluntária de grandes parcelas do contingente populacional, contribuindo para acentuar os problemas.

A próspera região do Vale Fluminense experimentava um período de profunda decadência, e a economia cafeeira cedia lugar à diferentes empreendimentos, como a pecuária leiteira, o replantio da cana de açúcar, agora para produzir aguardente, a produção de hortaliças. Sem, contudo, alcançar o dinamismo proporcionado durante a manutenção da monocultura. Apesar do aumento na produção de bovinos nas terras que integravam o município, a área anteriormente ocupada para o cultivo do café, a riqueza gerada manteve-se abaixo dos indicadores registrados sob a economia de grande lavoura. Transformando, assim, uma região de economia florescente numa área estagnada, com poucos atrativos e interesses financeiros. Tal caracterização histórica do contexto pós-escravista e imperial nos leva a indagar: o que restou desse período de decadência? Ou ainda, como tal período de decadência é representado hoje por meio dos roteiros de memórias das fazendas do Vale? Que tipo de esquecimento/apagamento é produzido?

Nas duas últimas décadas do século XX, as fazendas foram adquiridas por novos proprietários envolvidos com ideias de preservação difundidas pelo Instituto Preservale⁵, organização da sociedade civil formada por donos de fazendas e pesquisadores que tinha por objetivo a preservação e o desenvolvimento sustentável dos patrimônios culturais. Fomentavam ideias, de que era necessário um trabalho de recuperação desses espaços e que os mesmos serviriam para novos usos a partir dessas ideias. Esses antigos “lugares de memórias” tornaram-se empreendimentos turísticos: os hotéis fazendas e “casas museus”, locais onde interessados em conhecer a história de construção e vivências desses espaços, poderiam ser recebidos para uma visita. Estamos diante de uma região capaz de atrair tanto o interesse de universidades e centros de pesquisa histórica, interessados, inclusive, na valorização do uso da história oral, ou seja, um potencial histórico e educativo; quanto a busca pelo lucro dos atuais proprietários das fazendas, movida pelo interesse histórico dos visitantes, voltado, sobretudo, às curiosidades e ao entretenimento de ver com os próprios olhos a experiência do passado.

O Vale do Paraíba contempla existências e histórias que poderiam privilegiar diversos tipos de narrativas e acontecimentos com comprovação documental, em arquivos e jornais para que as histórias narradas possam ser ratificadas. Nessas fazendas o passado é evocado, através de narrativas que revivem rituais e representações, ou seja, é um espaço físico, que concretiza um tipo de memória coletiva, a memória sobre o passado que nos dá significados para o presente. É através da narrativa desses esquetes teatrais que se entende a necessidade da busca da memória, para recontar uma história, vista agora por outros olhares, pois parte dos indivíduos antes “marginalizados”, utilizam esses eventos como uma tentativa de consolidar a sua identidade, conferindo-lhe lugares, indo contra a processos de esquecimentos e baseando-se em suas lembranças, na tentativa de serem vistos como protagonistas do que chamamos de história. Na tentativa de apropriação dessas histórias e retomada a memória desses locais, os mesmos foram abertos à visita e para entretenimento desses visitantes surgiram os esquetes teatrais e musicais que fazem uso de aspectos do cotidiano e de fatos históricos e atores sociais dos períodos apresentados.

A presente Dissertação de Mestrado busca, de maneira geral, analisar estratégias e seleções de memória construídas a partir das Fazendas e seu potencial pedagógico para aulas

⁵ “A recuperação de um prédio ou de um conjunto urbano de relevância histórica provoca no seu entorno um aquecimento da economia de serviços (...) o turismo, como ferramenta econômica de manutenção do patrimônio e criação de oportunidades de trabalho e negócio é um inegável aliado ao desenvolvimento humano local.” In, LUCAS, Sônia Maria Mattos. Preservar o Passado e Construir o Futuro. Acessado em 22.02.2017. Disponível em www.institutocidadeviva.com.br/textos.

de história que visem “acender o candeeiro”, isto é, despertar um sentimento de identidade e sensibilização em relação aos escravizados e suas heranças para a formação social brasileira. Acender o candeeiro é uma metáfora para repensar formas de abordagem das memórias contidas nesses roteiros. Para alcançar este objetivo, faremos um estudo de caso sobre o roteiro turístico proposto pela Fazenda Santa Eufrásia, tendo em vista os usos do passado empenhados ali, tendo em vista seus fins turísticos e comerciais e os modos pelos quais o professor de história poderia se apropriar da visita à Fazenda em sua aula. Neste sentido, será necessário analisar o debate em torno do Termo de Ajuste de Conduta construído em dezembro de 2016, contrário a práticas de racismo existentes nos locais de visita turística, suas implicações éticas e políticas no presente, debate este que possibilita ao professor de história analisar as condições de circulação pública do conhecimento histórico naquela região. Ou seja, que o professor se faça autor da aula na medida em que consegue realizar uma avaliação crítica das múltiplas formas de difusão pública da história na região, compreendendo, em que medida é possível “acender o candeeiro” a partir da experiência da visita a esta fazenda.

Assim era feita a chamada ao turismo de experiência, realizado na fazenda Santa Eufrásia.

“Era uma vez...Venha fazer um passeio na época do ouro verde, o café. Sinhás, mucamas, a plantação de café e as árvores centenárias contribuem para este cenário”.

O trecho nos remete a uma memória recente do cotidiano das fazendas cafeeiras nos oitocentos e no período imperial brasileiro. Mas o enunciado interfere na análise do local, pois analisa esse espaço de maneira romantizada, tanto que esse tipo de visita é denominado de turismo de experiência, de maneira romantizada. Qual a experiência seria revivida?

Em seis de dezembro de 2016, o site de notícias, The Intercept Brasil, apresentou uma reportagem com o título: “Turistas podem ser escravocratas por um dia em fazenda “sem racismo”. A notícia fazia parte da denúncia apresentada a ao Ministério Público, pela jornalista Cecília Oliveira de violação de direitos fundamentais na programação turística, bem como a possível violação ao patrimônio histórico, pois o mesmo tem como finalidade a educação e reparação simbólica de violação de direitos ocorridas nos oitocentos no local, sendo assim, reproduzir ações que banalizam essa prática é cometer um crime: o racismo. A constituição brasileira de 1988, em seus artigos 1º e 3º, estabelece como um dos objetivos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana e contempla a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Durante o turismo de experiência, realizado pela proprietária Sra. Elisabeth Dolson em sua fazenda Santa Eufrásia, localizada na cidade de Vassouras, no interior do Estado do Rio de Janeiro, a reportagem descrevia falas e atitudes consideradas discriminatórias. A notícia repercutiu nas mídias sociais e causou inúmeras discussões, que apresentaram diversas e controversas reações que expressavam repulsa, indignação e defesas acaloradas. Por consequência, o Ministério Público Federal se deu através de um TAC – Termo de ajustamento de conduta⁶, que é uma maneira alternativa para mediação de conflitos, onde é proposto o compromisso de cumprir exigências para que se cesse ou repare-se a ação denunciada. Neste sentido, além da análise dos roteiros turísticos, incorporaremos o impacto da aplicação do Termo de Ajuste de Conduta nos modos pelos quais estes roteiros devem ser elaborados. De que modo, essa contenda pode potencializar o trabalho do professor em sala de aula? Como a análise dos roteiros e do debate em torno do TAC pode nos ajudar e acender o candeeiro?

Uma ferramenta de análise fundamental a este trabalho é a oferecida pelos debates em torno da chamada História Pública. A aquisição dessas propriedades a partir da década de 1990, e da fazenda Santa Eufrásia em particular, e as ações que contemplam seus produtos como forma de repensar e reconstruir a história que esses locais representam no imaginário social contribuem para concretizar o que entendemos por história pública. Nesse caso, especifica-se como a possibilidade de construção e difusão da história por meios de centros de memórias, fora da academia, mas com a supervisão da mesma. Utilizando-se de diferentes profissionais e amostras da história de um desses espaços para estabelecer “pontes” que promovam o diálogo, a difusão, o conhecimento entre os saberes e a responsabilidade com a memória coletiva, inserindo nesses processos um público maior.

[...] a história pública não elimina a ciência histórica, mas procura estimular reflexões sobre a atuação de profissionais capazes de motivar a consciência histórica para um público mais amplo além da academia. Desde a década de 60 do século XX, ocorrem ações com a concepção de democratizar e refletir sobre os usos políticos do passado no presente.⁷

⁶ O TAC tem um caráter transacional especial subjazido a um negócio jurídico bilateral em que se exige a legitimidade do compromissário, cujo objeto está limitado a exigir, mediante cominação, que o compromitente siga as exigências legais em defesa de interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Acessado em 25.11.2017. Disponível em <http://lex.com.br/doutrina>.

⁷ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MACÊDO Muirakytan Kennedy de; SANTOS Rosenilson da Silva (org.). Caderno de resumos do XXVIII-Simpósio Nacional de História- conhecimento histórico e diálogo social – Natal /RN,2013.

A expressão história pública ultrapassa a ideia de acesso e publicação de concepções em vigor na academia. É necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico, promovendo a difusão e o desenvolvimento de uma “história” que estimule a participação e colaboração das diversas “comunidades” fora e dentro do espaço universitário. A Rede Brasileira de história pública pontua que deve ser levada em consideração a necessidade da não supressão da ciência em favor da história pública, porém, o desejo de diálogo com as práticas e reflexões não acadêmicas compromissadas com a problematização da cultura histórica deve ser incentivado.

Desta maneira, estamos propondo um novo caminho de conhecimento e prática, envolvendo não só uma reflexão sobre a preservação da cultura material, mas em colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre o passado e o presente.⁸ Isso nos leva, necessariamente, a pensar a gestão ética da memória e do patrimônio material e imaterial.

Em um cenário profundamente marcado por relações de poder centradas na posse da terra e de “escravos”, deixando para a atualidade representações de uma época, entendidas como patrimônio, ou seja, bens que servem para entender a identidade e a formação de um determinado espaço. Considerando as relações de poder contidas nesse processo, esses patrimônios podem ser materiais e imateriais. Os patrimônios materiais se apresentam na região na forma de imponentes construções, como as igrejas, casarões, chafarizes, inventários, móveis e fazendas. Ao lado desse conjunto material, surgem expressivas manifestações de caráter imaterial forjado nas expressões da sociedade constituída nessa região durante o processo histórico de colonização. Desse conjunto imaterial destacam-se o jongo, também conhecido como caxambu, a capoeira, o maculelê, as rodas de viola, os calangos, as folias de reis, a caninha verde, dentre outros. Que se mantêm vivos por conta da união de um conjunto de lembranças e heranças orais, que aqui denominaremos de memórias.

De um modo geral, esse conjunto material e imaterial traduz na atualidade uma expressão ideológica, religiosa e social que representa o contraste entre as memórias da elite senhorial e os demais, ou seja, das pessoas livre, pobres e dos escravizados que habitaram a região nos séculos XVIII e XIX. Algumas fazendas ficaram abandonadas, perderam a função, transformaram seus usos e/ou entraram em declínio. O jongo em algumas localidades sofreu

⁸ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MACÊDO Muirakytan Kennedy de; SANTOS Rosenilson da Silva (org.). Caderno de resumos do XXVIII-Simpósio Nacional de História- conhecimento histórico e diálogo social – Natal /RN, 2013.

um processo de “apagamento”, em outras, como em Pinheiral, foi usado para perpetuar uma memória, unir um grupo e legitimar causas que defendiam direitos dos afrodescendentes.

Entenderemos as fazendas cafeeiras do Vale como “sítios de memórias sensíveis”, nos apropriando do termo usado pela historiadora Monica Lima, em sua palestra ministrada no espaço “Escola do Olhar” do Museu de Arte do Rio de Janeiro em parceria com o IPN - Instituto Pretos Novos⁹. O objetivo da apresentação era divulgar a produção de investigações sobre cultura negra e a herança africana com o tema “Escravidão e história pública: sítios de memória sensível no espaço urbano do Rio de Janeiro”. O encontro promoveu um debate entre professores, pesquisadores e leigos interessados pelo conceito de sítio de memória sensível, que na pesquisa são os espaços e logradouros da zona portuária do Rio de Janeiro vinculados à história da escravização de africanos, como o Cais do Valongo e o Cemitério de Pretos Novos. A pretensão do evento era de que: “A partir dessa base teórica, a discussão buscará ultrapassar os limites acadêmicos e dialogar com as percepções que visitantes e estudantes que circulam na região constroem a partir do contato com a história local”. (Lima, 2018).

Nesta palestra, questões pertinentes a nossa pesquisa foram abordadas, tais como: que a população afrodescendente tem o direito à sua história e que é através do rompimento desse silêncio sobre a escravização africana no Brasil que será possível um combate ao racismo institucionalizado. Tendo ainda como parâmetro esta exposição, ao lidar com um “passado sensível” podem ser elaborados estudos sobre o tema e os mesmos serem compartilhados tanto nos meios acadêmicos, quanto nos sítios de memória sensível, que na definição da autora são locais de dor e sofrimento – os quais podemos incluir, também, enquanto locais de conflito e estratégias de sobrevivência. A lembrança e o estudo desses locais e período são uma forma de (re) conhecer e preservar o direito à memória, embasando os argumentos contrários ao questionamento de ideias de vitimização por conta dessa ancestralidade.

Entendemos que a sala de aula possa ser um poderoso instrumento para potencializar a problematização acerca destas disputas de memória e da difusão pública da história admitidas nos roteiros turísticos. Quando a lei 10639/03 foi aprovada, o que se acreditava é que a partir daquele momento, em todas as salas de aula do país, a história de África e dos afrodescendentes seria divulgada, contextualizada e respeitada. Não foi o que aconteceu. Acreditamos que sejam experiências como essas que nos trarão a esperança de que nossos

⁹ Palestra ministrada no dia 21 de julho de 2018.

alunos contem suas histórias e tracem novos e diferentes caminhos daqueles que lhes são impostos.

1 ACENDENDO O CANDEEIRO: NA HISTORIOGRAFIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA

1.1 Perspectiva historiográfica: escravizado como sujeito da história

“Não consigo imaginar” escravos “que não produzam valores próprios, ou que pensem e ajam segundo significados [...] impostos”.

(*CHALHOUB*, 1990, p.38).

De um ponto de vista teórico-historiográfico, a presente Dissertação de Mestrado dialoga com as prerrogativas da escritora nigeriana Chimamanda Adichie expostas em sua palestra sobre o tema “a essência das coisas não visíveis”¹⁰, na qual ela chama a atenção para o perigo da história única. Neste sentido, ela ressalta o quanto este tipo de narrativa histórica fortalece a imposição de estereótipos e ideias de povos ou lugares de acordo com vivências, valores e relações de poder. Nas palavras da autora: “Poder é a habilidade não somente de contar a história de outra pessoa, mas de fazer daquela, a história definitiva dessa pessoa”.

Na atualidade, os meios de comunicação são instrumentos da construção social da realidade e tendem a criar uma história única sobre esses espaços. Entendemos aqui que a história única está sempre acompanhada das relações de poder e o que se pretende nesse trabalho é abordar as múltiplas possibilidades de ressignificação dos espaços, argumentando que através da busca de novos significados e narrativas seja possível não negligenciar a história do outro ou entendê-la como única.

Em seu discurso, Adichie aponta que a nossa tendência é ter e contar de uma forma única a história sobre alguns aspectos. A elaboração da memória social pode priorizar o resgate de lembranças de grupos minoritários e de fontes históricas por vezes negligenciadas por estas histórias únicas: “A história tem sido usada para expropriar e tornar algo maligno, mas também pode ser usada para capacitar e humanizar. Pode destruir a dignidade de um povo, mas também pode resgatar essa dignidade perdida”.

Para Adichie, o problema com os estereótipos não é que eles estejam errados, mas sim o fato deles serem incompletos, tornando superficial a experiência histórica e negligenciando

¹⁰ No vídeo de sua apresentação na Conferência anual do TED¹⁰ global, realizada entre os dias 21 a 24 de julho de 2009 na Universidade de Oxford no Reino Unido.

as outras narrativas que formam um lugar ou uma pessoa. Estamos num processo em andamento, em que é abordada a história das representações, com o intuito de promover a conscientização da urgência da busca pelo conhecimento e pelo entendimento do “outro”, e outros lugares. Os sentidos da fala de Adichie Chimamanda são bastante elucidativos para a compreensão da diferença no tratamento do africano e seu continente de forma homogeneizada, estereotipada, com discriminação das identidades e culturas.

Guardadas as devidas proporções, poderemos compreender estas mesmas prerrogativas na região do Vale do Paraíba, no que tange ao tratamento conferido aos afrodescendentes. Deste modo, estarei contrariando uma visão cristalizada da história que valida exclusivamente os registros escritos, excluindo grupos étnicos e culturais sem acesso à escrita e que se compreendiam como iguais através de suas transmissões orais, guardando suas memórias, tradições e costumes: “aquilo a que chamamos destino, sai de dentro dos homens em vez de centrar neles”. (CHALHOUB, 1990, p. 20)

Na defesa deste protagonismo farei uma incursão em textos da historiografia brasileira que tratam do problema da escravidão negra tendo em vista o paradigma do escravo como sujeito, a despeito da condição violenta imposta pela estrutura da escravidão. São basilares, neste sentido, as análises clássicas de Sidney Chalhoud, - no livro *Visões de Liberdade* (1990) e de João Jose dos Reis e Eduardo Silva, - no livro *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista* (2009).

A teoria do escravo-coisa, tão difundida na produção historiográfica até então, é contestada pelos autores acima, por entender que o escravo, por ter passado por tanto sofrimento e violência, não teria a capacidade de entender o mundo sem a ajuda, compaixão e inteligência de seus senhores. Para eles os cativos seriam “sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la” (CHALHOUB, 1990, p.253). Em sua obra, Chalhoub aborda a questão do método de pesquisa e interpretação pelo método Zadig, exemplificando que não basta saber ler um livro, assim como os monges que liam as escrituras sagradas, é necessário compreender a maneira com que se entende e transmite os pensamentos contidos nesse livro¹¹. Em um processo de investigação histórica, os interesses do autor, na abordagem e pesquisa de um documento, vão estabelecer tomadas de decisões e interpretações que respeitem o objetivo do estudo e a produção de um olhar equânime sobre o tema. E os objetivos apresentados aqui investem num tema controverso na nossa

¹¹ Segundo Ginzburg [...] a proposta de criação de um método interpretativo na qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, invisíveis por outros métodos. (Apud CHALHOUB, 1990, p. 17).

historiografia, isto é, a questão do negro nos oitocentos, especificamente sobre a relação entre senhores e escravizados e a participação dos mesmos no processo de abolição.

A ênfase na chamada transição da escravidão (ou do escravismo, ou do modo de produção escravista) ao trabalho livre (ou a ordem burguesa) é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido do movimento da história. [...]ornamentada pelo político e pelo ideológico, o que diz é que a decadência e a extinção da escravidão se explicam em última análise a partir da lógica da produção e do mercado. [...]Como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais. (CHALHOUB, 1990, p. 19).

Na visão de Chalhoub, nossa historiografia até meados dos anos 60, apresentava o escravo como um ser embrutecido, sem moral, educação e vontades e que ele próprio percebia a sua inferioridade em relação ao homem livre como algo natural, dependendo única e exclusivamente da boa ou má ação de seus senhores, ou seja, estava criado o conceito de o escravo-coisa.

A constatação da violência na escravidão é um ponto de partida importante, mas a crença de que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar sobre o assunto acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos na produção historiográfica. Podemos, por exemplo, fazer uma breve história de um dos mitos mais célebres da historiografia: a coisificação do escravo. (CHALHOUB, 1990, p. 36).

A discussão acadêmica em torno do mito da coisificação do escravo e a sua dimensão social promoveu inúmeros debates historiográficos, sendo “derrubado” pela produção acadêmica a partir das décadas de 1960 e 1970, que tiveram como objetivo descrever a experiência histórica desses negros. O equívoco é que ao demonstrarem que os negros negavam essa consciência de passividade em relação a sua condição servil, sugere-se como exemplos experiências de ações de violência, como se somente o ódio e a vingança os retirassem de sua letargia. Jacob Gorender e Fernando Henrique Cardoso, autores em voga no meio acadêmico brasileiro empenharam-se a entender o que se passava na cabeça dos cativos, o equívoco apontado é que ao absorverem a ideia de que “O oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor.” Acabam inviabilizando em suas pesquisas, comentários racistas. Gorender até defende a ideia de que “o primeiro ato humano do escravo é o crime”, desde o atentado contra seu senhor à fuga do cativeiro”. No entender de Chalhoub, a obra de Cardoso interpreta o sentido de liberdade para os “escravos” a partir das visões de liberdade inventadas pelos viajantes europeus e pelos proprietários de terra e gente do Brasil dos oitocentos. Como contraponto, o historiador defender que o sentido de liberdade para muitos desses

escravizados não era somente a conquista do seu de ir e vir, não era a necessidade de existir só para produzir ou de ascender socialmente como outro trabalhador livre. Qual seria então esse o significado de liberdade para os cativos?

A liberdade pode ter representado para os “escravos”, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas[...]. Porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém. (CHALHOUB, 1990, p. 80)

O entendimento dos autores em relação aos cativos como sujeitos históricos se dá pelos antagonismos de suas ações, ou seja, um dia se conforma com um castigo e em outro foge como forma de resistência. A teoria escravo-coisa se contrapõe a rebeldia escrava ou ainda é a outra face dela.

Os negros, portanto, oscilavam entre a passividade e a rebeldia, sendo que os atos de inconformismo eram a única forma de os “escravos” negarem sua coisificação social e afirmarem sua dignidade humana. [...]. O raciocínio apresenta, certo charme poético, e teve o mérito de inspirar estudos sérios sobre a rebeldia negra em décadas [...]de repressão política. (CHALHOUB, 1990, p. 42)

A escravidão abordada como uma simples engrenagem do sistema econômico do período diminuiu a compreensão desse processo histórico e seus significados em relação às redes de sociabilidade que se formavam a partir dos negros em busca de liberdade. Um dos equívocos é pensar nestes cativos e em suas vidas somente sob o julgo e benevolência da classe senhorial. Temos que levar em conta a compreensão desses cativos e suas diversificadas estratégias, traçadas sob um mundo de violência e cerceamento de liberdade e de que forma as mesmas contribuíram para o processo histórico de extinção da escravidão.

No livro de João Jose Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito - A resistência negra no Brasil escravista*, a centralidade do tema também é a resistência permanente do escravo ao ser tratado como um objeto no sistema escravagista do período imperial brasileiro. Trata-se de uma obra que também busca de afastar das correntes historiográficas que observam a escravidão apenas pelo prisma das grandes estruturas econômicas e inibem a dimensão humana do escravizado enquanto capaz de produzir resistência. Neste sentido, eles enfatizam as diferentes estratégias de fugas e resistências construídas pelos “escravos”.

Os “escravos” fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos, separação de ente querido por vendas ou transferências inaceitáveis, ou o simples prazer de namoro com a liberdade [...] escapavam muitas vezes já com a intenção de voltar depois e pregar um “susto” no senhor e, assim marcar o espaço de negociação no conflito. (REIS; SILVA, 2009, p. 9).

A abordagem proposta pelos autores é a de que na maior parte do tempo os cativos viviam em uma zona conflituosa, sendo vítimas e heróis, em negociações sem fim com o sistema, mesmo que em muitas das vezes malsucedidas. Uma dessas negociações se dava através da chamada “brecha camponesa” – assunto já abordado pelo historiador Ciro Cardoso Flamarion – que era sempre um objeto de disputas, ressaltando o direito adquirido pelos cativos a terem um pedaço de terra para subsistência e até mesmo a venda da produção excedente. Para os fazendeiros era uma forma de dominação, para os cativos era uma maneira de viverem melhor e não somente sobreviver. Outro exemplo de negociação é o desenvolvimento do Candomblé, uma das instituições negras que mais aperfeiçoou a sabedoria na negociação escrava, e as irmandades do Rosário, organizadas contra a desonestidade e ou falta de cumprimento de negociações entre senhores e cativos.

Reis e Silva ressaltam que a abordagem sobre a escravidão a partir do “olhar” do escravo pode esbarrar com a coerência das fontes, mas acreditam que isso não impede avanços em ampliar as pesquisas historiográficas que revelem a capacidade dos “escravos” em conquistar espaços ou ampliá-los de acordo com seus interesses e que os mesmos podem ser apreendidos através de ações, pois na maioria das vezes estão “invisibilizados” nos discursos produzidos pelas fontes primárias. Nesse campo de negociações, os autores citam outros estudiosos que desvendaram a capacidade do escravo em torna-se um sujeito histórico e não somente um acessório na sociedade escravista dos oitocentos.

Outro exemplo mobilizado pelos autores é sobre as rodas de jongo locais. Nestas ocasiões, os mais velhos contavam que os pais de seus pais diziam que ao irem para o eito, mesmo com as ordens dos capatazes, os “escravos” entoavam cantigas de trabalho para assim controlarem o ritmo sonoro. Neste sentido, a sabotagem e o uso do conhecimento técnico nas lavouras também poderiam ser usados para ajudar ou causar transtornos aos proprietários.

A capacidade de opor-se aos projetos do senhor foi, algumas vezes, muito forte. Nem sempre os poderosos senhores, ou seus prepostos, conseguiram, mesmo no campo restrito da produção, impor suas vontades, ritmos e interesses” (REIS; SILVA, 2009, p. 19).

Os autores chamam a atenção para o fato de que devemos pensar nesses cativos em suas singularidades. O fato de terem sido escravizados e partilharem o mesmo sofrimento ou da mesma busca pela liberdade não os torna um “bloco homogêneo”. Podemos citar como exemplo, as chamadas irmandades de cor, frutos dessa negociação no interior do sistema, e nas redes de solidariedade formadas a partir delas, que passaram a ter um reconhecimento

social. Na lógica dos cativos, a estratégia de negociação poderia variar, de modo que os “crioulos” eram os “negros” nascidos na terra, os “minas”, os africanos escravizados que se dividiam entre “boçais” recém chegados e que não falavam a língua e nem conheciam as regras e os costumes, e os “ladinos” africanos escravizados, que dominavam a língua portuguesa e estavam adaptados aos costumes e regras. Os autores ainda pontuam características físicas, os de “bonita figura” para aqueles que seriam mais inclinados a fugas e as possibilidades de negociação, apesar de serem minoria feita pelas mulheres, tais como o uso do sexo, a inteligência, a ascendência religiosa e ou afetiva.

Neste cenário de disputas, revoltas e negociações destacam-se também a formação de quilombos como estratégias de resistência. Eles se formavam, sobretudo, quando os cativos percebiam que a população branca e livre estava em conflito. A fuga individual era tarefa das mais difíceis e elas se tornaram mais intensas após o ano de 1850 com o aumento do volume do tráfico interprovincial. Reis e Silva as classificam como fugas de rompimento ou reivindicatórias. Existiam ainda as questões de delação a esses projetos de revoltas, feitas em muitos casos por outros escravizados.

Em suma, a leitura das obras clássicas de João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito - A resistência negra no Brasil escravista (2009)* e a de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade (1990)*, são fundamentais para o tipo de leitura sobre a história do escravizado negro empreendida nesta Dissertação de Mestrado. São imprescindíveis para promover o que estamos chamando de “inversão do olhar”, isto é, estabelecendo como prioridade o ponto de vista e ação dos “escravos” – sem, contudo, abafar a violência estrutural que demarca as relações escravistas. E isto significa colocá-los como combatentes e negociadores dentro desse sistema político, social e econômico de cerceamento de liberdade e manutenção de privilégios que durava por mais de três séculos no Brasil. Estabelecer essa linha de pensamento é dar protagonismo, lugar na história, onde esses agentes deixam a condição de “peças”, “fôlegos vivos”, “coisa”, “mercadoria”, “ser movente”, para se tornarem sujeitos de sua própria luta. Trata-se de um procedimento teórico-metodológico fundamental para a pesquisa desenvolvida aqui; em outras palavras, é entendendo o escravo como sujeito da história em suas condições de agente social e político relevante que conseguimos começar a acender o nosso candeeiro.

1.2 Acendendo o candeeiro no ensino de história: os impactos das leis 10639/03 e 11645/08

A educação apresenta-se como um caminho ideal para desconstruir paradigmas e discursos racistas tão presentes na sociedade. (MORAES; CAMPOS, 2018, p. 18)

Observamos, nos primeiros anos do século XXI, uma intensa mobilização de organizações governamentais e não governamentais, grupos de pesquisadores, universitários, comunidades remanescentes de quilombolas, integrantes de famílias afrodescendentes ou não, obtiveram conquistas sociais para grupos menos privilegiados, através de ações do movimento negros e políticas públicas de acesso à terra e a educação, realizadas em conjunto com o governo federal do período. O reconhecimento acadêmico para o uso da história oral em processos de reconstrução coletiva fez com que inúmeras comunidades ligadas a grupos étnicos raciais, reivindicassem seus direitos, através do uso de suas memórias.

Diretamente associada a este contexto, está a aprovação e aplicação de leis que privilegiam a abordagem da cultura afro-brasileira, africana e indígena na sala de aula, caso das leis 10639/03¹² e da lei 11645/08¹³. Elas alteraram não somente as leis de diretrizes e bases do ensino nacional brasileiro, mas contribuíram para a ampliação de direitos sociais e de cidadania das populações indígena e afrodescendente.

De acordo com Lorene dos Santos, nas duas últimas décadas, os movimentos sociais e os debates que visaram combater a desigualdade historicamente perpetuada no Brasil, fomentaram a valorização da diversidade social e cultural desses grupos. Através desta perspectiva, surgiu o reconhecimento e visibilidade da história e cultura de grupos “marginalizados”.

¹² LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Acessado em 20.01.2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

¹³ **LEI Nº 11.645, DE 10 março DE 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Acessado em 15.01.2017. Disponível em** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

Valorização de diversidade e combate às desigualdades passam a ser reconhecidos, assim como elementos indissociáveis no processo de construção de uma sociedade mais equânime e capaz de promover justiça social (SANTOS,2013, p.57).

Essa mudança nos currículos foi uma conquista dos movimentos sociais e destacamos nessa contribuição o movimento negro. Tornou-se imprescindível “ouvir” o que tinham a dizer identidades negadas e ou silenciadas no reconhecimento e valorização de suas culturas e identidades. Essas ações afirmativas¹⁴ contemplam a questão racial no Brasil. A autora aponta os três séculos de escravidão e a condição de ser escravizado na constituição da sociedade como fatores que contribuíram para essa marginalização. Sem negar a importância histórica destes eventos, podemos dizer que o advento da abolição da escravatura tampouco a proclamação da República modificou a condição de marginalização social dos “ex-escravos” e seus descendentes até os dias atuais. O enfrentamento destes temas por meio dos currículos escolares é uma forma de formar uma nova identidade capaz de modificar este quadro: “Os currículos escolares podem se constituir em veículos de enfrentamento de desigualdades sociais “(SANTOS, 2013, p.59).

A inclusão do tema África e afrodescendentes nos currículos escolares é complexa pela questão que atravessa, além da perspectiva de promover uma educação das relações étnico-raciais. Ela vai além, abordando questões que vão dos campos da educação escolar, a revisão de posturas e posicionamentos que em diversos setores estão “socialmente” enraizados. Essa inclusão nos faz repensar as relações de poder e as diversas concepções de mundo e projetos da sociedade. A escola é um lugar de produção de conhecimento, e inúmeras vezes reflete os conflitos presentes na sociedade atual, tais como os padrões de comportamento, preconceitos e diferentes formas de discriminação explícitas ou veladas, seja ela entre os professores ou alunos, que vão além de suas especificidades como a de respeitar as relações entre conteúdo escolar e métodos. Com isso, a auto formação e a formação do docente em relação ao tema África e afrodescendentes, podem modificar vivências possibilitando a abordagem do tema de forma diversificada.

Essa compreensão do papel que historicamente a escola vinha cumprindo na perpetuação das desigualdades sociais foi acompanhada por uma concepção que atribui as narrativas históricas um lugar preponderante na formação das identidades

¹⁴ Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA). Acessado em 17.02.2017. Disponível em <http://www.gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>

individuais e coletivas, assim como na construção de uma memória coletiva. Tratava-se do reconhecimento de que a História, seria uma arena de disputas. Nesta arena se enfrentariam, como ainda hoje ocorre, diferentes narrativas sobre África. (PEREIRA, 2012, p.39).

Lima (2008), em seu artigo, *Como os tantãs na floresta*,¹⁵ nos leva a refletir, qual a necessidade de se fazer uma lei para que um conteúdo fundamental para se entender a formação do nosso país seja incluído nos currículos. Acreditamos ser um indicativo de que, sem a existência da lei, a formação da memória social através dessas identidades sempre estaria relegada a um segundo plano. Creditamos o mérito dessa vitória, aos movimentos sociais que lutaram para que fosse incluída uma lei com um objetivo principal: desenvolver uma educação antirracista.

Moraes e Campos (2018)¹⁶ ressaltam a responsabilidade e o dever do professor em propor reflexões entre seus pares e seus alunos sobre o tema, entendendo que as dificuldades na abordagem sobre essas temáticas são enormes. Por conta disso, a mudança de atitude docente é imprescindível e necessária para que se consiga tirar do centro das ideias e ou equilibrar o predomínio da visão europeia sobre nossa história e não propagar o discurso dos considerados “privilegiados”. Deve-se “nadar contra a corrente analisando de forma crítica os discursos presentes nos livros didáticos e na formação da sociedade brasileira, embasando através de novos estudos e paradigmas na formação discente e docente”.

[...] foi percebido que, apesar de mais de uma década das legislações, elas ainda não são contempladas nos currículos escolares de modo satisfatório, assim como nos materiais de apoio ou livros didáticos [...] a abordagem didática sobre os indígenas, a África e os afrodescendentes no Brasil precisa ser reavaliada a fim de inserir de fato esses sujeitos na história do Brasil e, deste modo, romper estereótipos presentes no nosso cotidiano e com eliminação do racismo. (MORAES & CAMPOS, 2018, p.14).

Segundo o artigo, o ano de 2018 é significativo em alguns aspectos, pois marca os 30 anos da promulgação da Constituição cidadã de 1888, onde foram assegurados os direitos de indígenas e quilombolas. Vale pontuar que, atualmente, os mesmos estão ameaçados por conta de mudanças nas políticas públicas, na mentalidade retrógrada da sociedade e por conta de interesses econômico de alguns setores como o agronegócio e a mineração.

¹⁵ Como os tantãs na floresta. Disponível em <http://www.construirnoticias.com.br/como-os-tantas-na-floresta/>. Acessado em 27.01.2019

¹⁶ MORAES, Renata Figueiredo & CAMPOS, Sabrina Machado. O Ensino de História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira: Mudanças e Desafios de uma década de obrigatoriedade, Revista Transversos. Rio de Janeiro. nº 13, MAI-AGO, 2018.

Na educação, após uma década da lei 11645 que tornava obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos nacionais e passados quase vinte anos do pioneirismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em implantar o sistema de cotas, tornava-se necessário reavaliar o ensino de história e um de seus objetivos que é o de reduzir o preconceito e a diferença social contra esses grupos minoritários. Compreendem que estão enraizados paradigmas contrários aos estudos sobre a história e cultura dos povos africanos, indígenas e dos afrodescendentes. Acreditamos não existir um local melhor para observarmos e combatermos essa prática do que no ambiente escolar, que é o reflexo da nossa sociedade.

Em nossos espaços escolares e em alguns livros didáticos ainda se apresenta uma África única sem apresentá-la em suas especificidades como as formas de organização familiar, os aspectos culturais e artísticos, a formação de suas inúmeras estruturas políticas e econômicas, sem que as mesmas sejam usadas para justificar a escravização desses povos na América Portuguesa. Na maioria das vezes, o afrodescendente está sempre colocado como o “descendente de “escravos“, como se esse fosse um objeto sem pensamentos e palavras, condenado a viver as margens da sociedade. E a África um território “exótico” e com conflitos que justificavam a interferência externa dos países europeus. O indígena aparece como o selvagem a ser protegido, de responsabilidade do Estado e que deve viver em condições como a cinco séculos antes.

Algumas vezes o senso comum, a mídia e a não inclusão dos temas citados acima nos currículos validam esse pensamento, contribuindo assim para aumentar o preconceito em todas as esferas da nossa sociedade.

No artigo “Aprender, ensinar e relações étnico -raciais no Brasil”¹⁷ (2009) Petronília Beatriz Gonçalves e Silva aponta uma das maiores dificuldades no ensino de história:

Nós brasileiros oriundos de diferentes grupos étnicos -raciais- indígenas, africanos, europeus, asiáticos – aprendemos a nos situar na sociedade, bem como o ensinamos a outros e outras menos experientes, por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. [...] construímos identidades[...] apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos. [...] A nação brasileira se projetou branca [...] (SILVA, 2009, p.34)

¹⁷ Relações étnico-raciais e educação no Brasil/ Marcus Vinícius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva, Alexandre Borges Fernandes, organizadores- Belo Horizonte: Mazza edições, 2011. Textos do seminário “Pensar a Educação, Pensar o Brasil” ocorrido na Faculdade de Educação da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2009.

Silva, entende que a tarefa de ensinar e aprender em sociedades multiétnicas e pluriculturais é complexa, mas não impossível. E que a abordagem seja ela pedagógica ou como objeto de estudos, requer de professores e pesquisadores muita competência, sensatez e amplitude no olhar em reconhecer as tensões nas relações étnico-raciais, não ceder ao caminho mais fácil de reduzir esses conflitos a questões econômicas ou até mesmo em aceitar a ideia de democracia racial.

A educação é um dos instrumentos que podem ser usados na promoção de novos valores e na construção de uma sociedade brasileira mais igualitária. Para isso se torna necessário estudos, formação e entendimento aos docentes para que suas ações, discussões, explicações e ponderações em sala de aula concretizem-se como produtos dessa ação afirmativa, que é a promoção da igualdade, através do resgate da memória e contribuição da população negra na nossa construção histórica.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, elaborados no ano de 2010, aproximadamente 28,3% dos negros e 32,3% dos indígenas são analfabetos, não colocaremos aqui índices em relação a renda, serviços básicos e taxas de natalidade e mortalidade. Esses índices, corroboram como justificativa para a aplicação de políticas públicas como a presente na lei 11645/08:

De acordo com as novas perspectivas criadas pela lei, a escravidão e a presença dos africanos escravizados no Brasil deveriam ser tratados de forma mais ampla a fim de desmistificar algumas verdades a seu respeito, e inserir novas abordagens sobre a escravização de homens e mulheres e seus efeitos para a formação da sociedade brasileira, deixando de silenciar alguns sujeitos na produção historiográfica e, conseqüentemente, didática. (MORAES; CAMPOS, 2018, p.15)

Lima, nos leva a reflexão que essa abordagem deve ser feita com muito cuidado, pois é imprescindível ao profissional de ensino de História que mantenha a tênue linha do equilíbrio entre resgatar uma História para elevar a autoestima e a não criação de esquemas que reduzam esses sujeitos sociais em “bons e maus”.

Com o objetivo de fazer uma análise sobre o que mudou nos livros didáticos da Educação Básica após a implantação das leis 10639 e 11645, as pesquisadoras elaboraram uma pesquisa junto aos alunos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com quinze questões, dentre elas a percepção que abordavam a aplicação e conhecimento sobre as mesmas. Ao analisarem os dados, perceberam que todo o conhecimento sobre as leis produzido nas universidades ainda não chegou à educação básica como deveria, pois, são relatadas inúmeras vivências de que os temas centrais das leis somente são abordados em

datas específicas nas escolas e muitas vezes como temas culturais ou folclore. Na Universidade o PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (MEC) é citado como o meio que oportuniza um contato mais aprofundado do tema a esses alunos recém-saídos do ensino médio.

Acreditamos que a abordagem às leis se dá de forma mais presente ou relevante em escolas onde os alunos se identifiquem com a parcela dos “menos privilegiados” e ou em áreas de risco social.

A atuação em comunidades periféricas também são oportunidades, segundo eles, para a abordagem desses conteúdos, principalmente ao fazerem o histórico do surgimento das favelas, na problematização do racismo e no trabalho sobre identidade e conquista de direitos. (MORAES; CAMPOS, 2018, p. 20/21).

As autoras além da pesquisa através das entrevistas, analisaram alguns exemplares de livros didáticos, pensando-os com uma ferramenta que “pode determinar ou não a continuidade de estereótipos e paradigmas sobre as questões étnico-raciais”. Elas usam autores como Ana Maria Monteiro e Munakata para ratificar a importância dos livros didáticos para o ensino da História, sendo como instrumento transformador de ideias, atualização de conteúdo ou sugestões de novas metodologias ou até mesmo como alicerce para as abordagens em sala de aula. A análise dos livros didáticos, deixa clara a dificuldade de dissociar negros a imagem da escravidão. Como já abordamos na primeira parte desse capítulo, os castigos físicos são evidenciados, mas raramente exemplificam os constantes atos de resistência.

Como fomentar em um aluno afrodescendente o orgulho de sua história? Se ela é constantemente associada a uma subserviência, a uma “eterna” servidão? A História dos indígenas e negros nos livros didáticos aparece sempre associada a questão do trabalho compulsório ou ao exótico e sua contribuição cultural como a capoeira, o samba, o candomblé, a congada, o Maracatu e o jongo que são criações brasileiras, ou seja, africanamente brasileiras. De algum modo, aquela perspectiva do escravo como sujeito da história, destacada na primeira seção deste capítulo, não é, ainda, privilegiada nos livros didáticos. Moraes e Campos entendem que o folclore e o popular em diversos casos são sinônimos de atraso, por conta disso é necessário problematizar a inserção da cultura africana para que possamos estimular o orgulho e “olhares” em torno da laboriosa e primorosa cultura negra brasileira, criando assim estímulos que proporcionem a nossos alunos a reconhecerem sua identidade.

Lima destaca a importância do papel do professor nesse processo e nos cuidados ao abordar essa temática, sugerindo maneiras de se introduzir em nossos currículos escolares os temas sobre a história da África e as relações com o Brasil, dos africanos e dos afrodescendentes no Brasil. Dentre suas sugestões de estratégias estão: o uso de brincadeiras, a conotação de histórias, as dramatizações, juris simulados, pesquisas e debates. Para a realização desses instrumentos, vale ressaltar que são indispensáveis a atualização e a formação do docente, como frisa a autora, é necessário “ver e rever e rever-se” inúmeras vezes. Para que a lei cumpra seu objetivo, além da procura de sua auto- formação através de novas abordagens e bibliografias para contribuir com o dia a dia em sala de aula, é necessária a compreensão das relações entre a nossa formação histórica e o continente africano.

A África está em nós, em nossa cultura, em nossa vida, independente de nossa origem familiar pessoal. Sendo brasileiros, carregamos dentro de nós muito da África. Portanto, conhecer a História da África é um caminho para entendermos melhor a nós mesmos. (LIMA, 2008, p. 2).

Para resgatarmos a História da África, torna-se necessário aplicar os quatro princípios de J. Ki-Zerbo¹⁸, que são a base dos estudos da pesquisadora. São eles: “a interdisciplinaridade, apresentar a História desde o ponto de vista africano, apresentar a história dos povos africanos em seu conjunto, evitar o factual”. O Professor ao apresentar a História da África a seus discentes, deverá ter em mente a necessidade de seguir uma linha cronológica e lógica em relação aos assuntos e problemas, não se deve ter a pretensão de “contar toda a História da África e nem de homogeneizar os africanos, suas ideias, culturas e valores.

A África é o segundo continente mais populoso do mundo, tem 54 países. É o mais quente dos continentes, e possui regiões sempre cobertas de neve, como o Monte Kilimanjaro, no Quênia. Existem quase duas mil línguas e o idioma oficial, o árabe é falado somente por 20% da população africana. E toda essa diversidade no dia a dia dos africanos é vivida com naturalidade, segundo a autora.

No século XIX, a ideia de unidade do africano foi vinculada por conta das campanhas abolicionistas, mas não devemos abordá-los dessa forma. Deve-se pontuar que

¹⁸ Joseph Ki-Zerbo foi um político e historiador de Burkina Faso. Foi educado na Universidade de Sorbonne, em Paris, graduando-se com um grau de honra em História pelo Institut d'Études Politiques no ano de 1955. Nasceu em junho de 1922 e faleceu em dezembro de 2006. Foi um dos mais influentes pensadores de África Contemporânea no século XX, através do movimento literário associado ao pan-africanismo. autor dos livros *Histoire de l'Afrique noire* e *A quando l'Africa?*. Disponível em www.casafrica.es. Acessado em 15.01.2018

eles eram seres humanos tinham seus interesses, seus valores, e viviam em sociedades não igualitárias. O que devemos é “valorizar o positivo”. Como os estudos sobre o tema são recentes, ignoramos muito das reflexões sobre a África e o Brasil africano, e na nossa vontade de fazer com que os nossos alunos entendam o assunto devemos tomar cuidado com os esquemas, as simplificações e os exemplos clássicos de comparação. O racismo velado existente no Brasil, não pode ter como termo de comparação as questões raciais nos Estados Unidos. Outro cuidado é não coisificar o africano nas narrativas em sala de aula, deve-se apresentar aos alunos atores sociais nos quais os alunos possam tecer admiração e ou reconhecerem a importância de sua história de vida em relação a questão negra e afrodescendente:

Nas escolas a discriminação é ensinada de forma inconsciente, a história dos negros nos livros didáticos apresenta apenas um passado escravocrata, sem cultura, sem costumes. Aprendemos sobre a subordinação do negro ao branco, o relacionamento senhor e escravo, a supremacia do branco como padrão de referência social e o negro como incivilizado.¹⁹ (PADRO; FÁTIMA, 2016, p130)

No dia 18 de março de 2018, viralizava nas redes sociais um desabafo da mãe Juliana Pereira de Carvalho, aluna do ProfHistória da UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sobre a pretensão de pais de alunos da escola Firjan/Sesi de Volta Redonda ²⁰ de censurar o livro “Omo-Oba – Histórias de Princesas”, de autoria de Kiusarn de Oliveira, publicado pela editora Mazza, e fala sobre mitos africanos. ²¹

“Durante essa difícil semana, a escola de meu filho enviou esse comunicado (que sugeria a troca do livro). Me sinto na obrigação de compartilhar com o maior número possível de pessoas. Sempre que me deparo com esse tipo de questionamento, o sentimento é de perplexidade. Acredito ser de fundamental importância que a equipe pedagógica esclareça esses pais. Não falo apenas pelos meus filhos negros, mas para além da necessidade imediata da visibilidade afrodescendente, precisamos formar pessoas que se sensibilizem e busquem uma sociedade mais justa”

¹⁹ PRADO, Eliane Mimesse; FÁTIMA, Lilian Elizabete da Silva de. Os desafios da prática docente na aplicação da lei 10.639/03. Revista Intersaberes, vol.11, n.22, p. 124 - 139. Acessado em 24.01.19

²⁰ Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/pais-de-alunos-de-escola-no-rj-tentam-censurar-livro-sobre-cultura-africana/>. Acessado em 20.01.2018

²¹“A escolha do livro vai de encontro à Lei Federal 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino, que trata sobre cultura africana”. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/pais-de-alunos-de-escola-no-rj-tentam-censurar-livro-sobre-cultura-africana/>. Acessado em 20.01.2018

A notícia acima demonstra de forma inequívoca como a lei é contestada em nossas escolas, pois um dos preconceitos mais contundentes a africanos e afrodescendentes tem como detonador a associação de suas práticas religiosas a coisas do demônio.

Um dos preconceitos mais comuns quanto aos africanos e afrodescendentes ocorre com relação às suas práticas religiosas e um suposto caráter maligno contido nelas. Esse tipo de afirmação não resiste ao confronto com nenhum dado mais consistente de pesquisas sobre as religiões africanas e a maioria das religiões afro-brasileiras. A figura do demônio, ou seja, de um ser que reúne em si toda a maldade, não existe nas religiões africanas. Em quase todas as práticas religiosas surgidas no continente, sobretudo na África Subsaariana, não há nenhum ser ou entidade que personifique o Mal. As religiões de matriz africana no Brasil, em sua maioria, tampouco reconhecem a existência espiritual de uma entidade completamente má. O que pode acontecer é uma reação às atitudes ou omissões de seus fiéis. As divindades africanas e suas derivadas no Brasil, em geral, encolerizam-se se não forem cultuadas ou consideradas, e podem se vingar; mas jamais agem para o mal de forma independente dos agentes humanos que a elas demandam. Não existe um grande adversário das forças do Bem, não há esse poder em nenhum ente do sagrado africano, a não ser naquelas religiões influenciadas pelos monoteísmos cristão e islâmico. (LIMA, 2014, p.13)

Questionamo-nos se essa mãe não tivesse formação acadêmica e posicionamento de seu entendimento de vida, agiria da mesma maneira ou se silenciaria?

A esse respeito, há muito que se refletir e discutir:

As diferentes formas de discriminação não nascem nas instituições educacionais. Entretanto, o racismo, as desigualdades e as discriminações perpassam este espaço e as escolas têm um importante papel para combater a discriminação e propiciar o acesso aos conhecimentos científicos e registros culturais diferenciados. (REGIS, 2014, p. 11)

Na Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima no Amazonas, alguns anos antes, em 9 de novembro de 2012, como vinculado no portal eletrônico de notícias²², aproximadamente 14 alunos evangélicos protestaram em frente a unidade educacional contra a temática proposta na sétima feira cultural realizada na escola, e montaram um stand temático com o título “Missões na África”. A feira tinha como objetivo apresentar a África através da literatura, dentre os títulos estavam obras clássicas brasileiras como ‘Ubirajara’, ‘Iracema’, ‘O mulato’, ‘Tenda dos Milagres’, ‘O Guarany’, ‘Macunaíma’. Uma professora alegou que como essas obras abordam questões como “homossexualidade, umbanda e candomblé”, além de se recusarem a ler, alegaram que a temática feria os princípios bíblicos e contrariava a crença dos mesmos. A coordenadora do projeto alegou que: “a feira cultural tem o objetivo, através da literatura, de

²² Disponível em <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/11/evangelicos-se-recusam-apresentar-projeto-sobre-cultura-africana-no-am.html>. Acessado em 27.01.18

valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação. Através deste projeto podemos proporcionar um debate saudável sobre a diversidade étnico-racial brasileira.”

Mas não foi isso que aconteceu. A negativa dos alunos além de religiosa, se estendeu a relatos de terem sido humilhados pelo professor de história e pelos colegas do terceiro ano do ensino médio, além de terem a nota reduzida. O desfecho se deu com uma nova reunião e a necessidade de fazerem uma avaliação diferenciada ou para que o projeto sobre evangelização do povo africano em seu próprio território, feita sem autorização e desrespeitando as normas e o plano de ensino da escola, poderia ser considerada.

Os dois casos, exemplificam algumas das dificuldades em se abordar a temática nas escolas, mesmo em ações pontuais como a feira de cultura no Amazonas. Dessa forma, podemos compreender o quanto a inclusão destes temas no currículo é, notadamente, um objeto em disputa.

Regis defende a ideia de que a lei possibilita planejar práticas que questionem a seletividade nos currículos escolares e que os mesmos, serão sempre seletivos, mas podem ser menos parciais “problematizando as relações de poder que hierarquizam as diferenças”

Gomes (2011) entende que os impactos dessas leis nas escolas em todas as esferas nacionais (federal, estadual e municipal) ainda não atingiram os objetivos propostos. Apesar da urgência e importância da lei, as ações são feitas de forma tímida, acredita que é necessária uma mobilização da sociedade civil, do Ministério da Educação e da Cultura, dos sistemas de ensino, das escolas, dos gestores e professores para que seja contemplada uma educação que respeite o direito à diversidade étnico-racial nos currículos e na aplicação concreta do tema na formação de professores nos projetos políticos pedagógicos das unidades educacionais e nas políticas educacionais. Coloca como ponto crucial para que os impactos sejam pequenos “a novidade do tema no campo da gestão e da política educacional e no tradicionalismo:

[...]Ela está relacionada à existência e à persistência de um imaginário conservador em relação à diversidade e à questão racial do qual partilham vários gestores de sistema de ensino e das escolas (e intelectuais da área). Permanece ainda entre os gestores tendência de hierarquização das desigualdades, e, nesse caso, a desigualdade racial aparece subsumida à socioeconômica. (GOMES, 2011, p.119).

A importância da abertura de espaços para o debate sobre questões raciais e aspectos da cultura afro brasileira nas instituições escolares podem produzir nos alunos mudanças fundamentais em relação a sua autoestima. Acredito ser válido descrever que em uma aula aplicada no oitavo ano do ensino fundamental em uma escola considerada elitista, no conteúdo de Segundo Império, estava presente no livro didático a questão da escravização dos africanos e a situação dos cativos no Brasil. Percebi o desconforto de três alunos. Nesse

momento sugeri uma pesquisa com o nome de negros importantes na historiografia brasileira no século XIX e as ações de alguns desses atores sociais na região do Vale do Paraíba Fluminense. A turma ficou em alvoroço dizendo que não achariam dados. Foram divididos em grupos, passei as regras e algumas fontes de pesquisa e nomes foram disponibilizados. No dia da apresentação, os três estavam eufóricos, haviam escolhido três personagens. Cada grupo apresentou o seu trabalho e em uma turma de trinta alunos somente três não fizeram. Abriu-se depois um debate sobre nosso olhar sobre os sujeitos, atores sociais dos oitocentos. Bateu o sinal.

A partir desse dia, esses três alunos passaram a me buscar em qualquer outra sala que eu estivesse antes das aulas na turma deles. A postura mudou, os negros escravizados ou livres dos oitocentos tinham nomes, ações, funções, talentos, vontades e histórias. Acredito não ser necessário expor aqui o quanto de melanina eles tinham na pele.

É dever dos educadores abrir novos horizontes de currículos inovadores para enriquecer os educandos a novos saberes e garantindo o seu próprio direito de enriquecer seus conhecimentos, atualizando a diversidade, produções de conhecimentos e de leituras e significados diversificados. Contudo, o currículo jamais deveu fechar para não perdemos a data de validade, pois quanto mais abrimos para conhecimentos inovadores, enriquecemos e, revitalizamos. É preciso manter com profissionalismo e ética os embates nesses territórios do conhecimento por novas políticas de currículo, de avaliação, de valorização, atreladas a outros projetos de sociedades, de ser humano, de vida, de justiça e dignidade humana. (SOBRINHO et alia,2017)

As ações são em sua maioria realizadas e ou propostas por professores engajados, comprometidos e conscientes da importância das leis e que acreditam na transformação do eu e do em torno de seu aluno a partir de suas reflexões propostas em sala de aula. O professor baiano Antônio José Santana Jr, em uma entrevista ²³, aponta um sinal para o sucesso dessas ações e da aplicação das leis, “[...] os jovens não se calam mais diante de atitudes preconceituosas. Podemos não ter erradicado o preconceito, mas a juventude negra agora tem coragem de denunciar atitudes preconceituosas na escola e fora dela” [...] (PERES, 2018).

Esses 15 anos desde a aprovação da lei 10639/03, foram períodos de árduas disputas e aprendizados. Acreditamos que mesmo a passos lentos, estamos ampliando caminhos e descortinando novos horizontes na educação brasileira, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 2016, p.12). E como educadores, devemos

²³ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/10803/o-que-podemos-aprender-sobre-cultura-afro-brasileira-com-duas-escolas>. Acessado em 27.01.2019.

nos comprometer e escolher o lado que entendemos como o da luta pela igualdade de direitos e construir memórias é criar alicerces firmes para isso:

[...] É adequado debater as grandes visões, situar o surgimento do racismo como projeto científico e político, utilizando estratégias que permitam aos alunos construir e desestruturar ideias [...] E sempre assinalar a “fratura exposta” da desigualdade racial brasileira. Nunca é demais repetir: nossa pobreza tem cor, nossa exclusão tem cor. Esses dados, porém, não devem ser naturalizados. Assim como eles foram frutos de uma História, fazer uma outra História pode mudar o quadro. (LIMA, 2008)

1.3 Girando o olhar sobre o negro na história e na escola: redefinindo identidades

A mobilização recente dos movimentos sociais, a aprovação das leis e a necessidade de implementá-las amplia o desafio de lidar na aula de história contemporânea com a tematização da escravidão e das diferentes formas de dominação, mas também da vida dos escravizados, das formas de resistência e do potencial cultural motivados pela presença negra no território brasileiro. Em outras palavras: aumenta-se o desafio de acender o candeeiro nas salas de aula, considerando o escravizado como sujeito e aceitando o desafio de colocar em prática as prerrogativas das leis 10639/03 e 11645/08; ao fim e ao cabo produzindo novas identidades e a formação de novos sujeitos, cidadãos plenos deste século XXI marcado por tantos conflitos, incertezas e desafios.

Uma questão fundamental que também atravessa as preocupações analíticas dessa dissertação: afinal, como pensar as memórias das fazendas do Vale do Paraíba podendo serem mobilizadas em seu potencial pedagógico, nas aulas de história, visando à formação do professor e do discente em uma perspectiva de inclusão cidadã universal, capaz de produzir uma relação de identidade com os negros e escravizados?

2 O USO PÚBLICO DA ESCRAVIDÃO NAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO DA FAZENDA SANTA EUFRÁSIA

[...] um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BNCC, 2018, pg.398)

Seguindo esta percepção sugerida na Base Nacional Curricular Comum, entendemos as aulas de estudo do meio como uma proposta inserida no processo de ensino aprendizagem da história, onde a visita aos sítios de memórias sensíveis são realizadas com o intuito de levar os discentes a refletirem sobre um determinado conteúdo abordado em sala de aula. Seguindo a temática desse trabalho, essas aulas seriam realizadas nas antigas fazendas cafeeiras dos oitocentos, localizadas no Vale do Paraíba Fluminense. Acreditamos que a função da escola é a de desnaturalizar os valores que estão materializados em alguns espaços e que não mais o percebemos. A função do professor é provocar o estranhamento para levar o aluno a refletir sobre as ideias que estão invisibilizadas, estereotipadas e naturalizadas nesses espaços.

Uma mirada sobre o belo patrimônio tangível pertencente a estas fazendas o imaginário provocado por este tende a ludibriar o visitante em um primeiro momento, podendo deixar despercebido em uma atividade como essa, o estigma da escravização e o preconceito deixado como herança e mantido por gerações, presentes nas memórias, falas e ações do nosso cotidiano.

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber. (BNCC, 2018, p.399)

No ano de 2010, através da lei Estadual de Incentivo à Cultura, o INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em parceria com o Instituto Light e o Instituto Cultural Cidade Viva, disponibilizaram na internet o material produzido pelo projeto que desenvolveram com o objetivo de fomentar o turismo cultural e os estudos em relação a arquitetura rural e as estruturas produtivas e sociais na antiga região cafeeira do estado do Rio de Janeiro: o Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense²⁴, reconhecendo a importância histórica do legado deixado pela sociedade dos oitocentos, após a ocupação e intensa exploração das terras com a cultura.

O sítio da internet é de fácil acesso e a pesquisa traz informações divididas por áreas referentes ao conjunto de cidades, procura por nome de fazendas e em ordem alfabética, disponibiliza as fichas de inventário, o manual de conservação preventiva, fotos dos locais com detalhes arquitetônicos, plantas baixas e textos com referências bibliográficas sobre a região ou fazenda. Traz ainda o link do guia cultural da região e descreve a importância do Instituto Cultural Cidade Viva nos seus vinte e seis anos à frente de iniciativas que visam à proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Entre as realizações do Instituto, o mesmo oferece serviços que possibilitem meios de revitalização das fazendas históricas.

O resultado deste trabalho permitirá aos governos em todas as instâncias, pesquisadores, professores, alunos, moradores e aos profissionais de planejamento traçarem planos embasados de desenvolvimento e crescimento desta importante região do estado do Rio de Janeiro.²⁵

As cidades de Pirai, Pinheiral, Barra do Pirai, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes, estão agrupadas por áreas, nessa casa denominada II, dentre as quarenta e cinco fazendas listadas está aquela que deterei minha atenção neste trabalho: a fazenda Santa Eufrásia.

A fazenda Santa Eufrásia está localizada na Estrada da Fazenda Santa Eufrásia, as margens de duas vias, a BR – 393 e a RJ – 127 que ligam o município de Vassouras ao município de Barra do Pirai e ao município de Mendes, respectivamente.

Os acessos se dão por estradas de terra batida, com aproximadamente um quilômetro após a saída do asfalto, no acesso por Mendes, após alguns minutos na estrada da fazenda, podemos avistar a antiga venda, em processo de restauro e resgate das características

²⁴ Instituto cidade viva. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/>. Acessado em 28.12.2018

²⁵ Instituto cidade viva. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/>. Acessado em 28.12.2018

arquitetônicas originais. Pelo acesso por Barra do Piraí, junto a estrada segue um pequeno curso de água com enormes pedras até o trecho com uma ponte larga de madeira. O acesso para automóveis é fácil e o estacionamento fica atrás da casa sede, o acesso com ônibus só é possível pela Rodovia Lúcio Meira BR-393, no Km 242, duas placas sinalizam a entrada da fazenda, os ônibus devem ficar parados antes da ponte a cerca de 100 metros do jardim.

Ambos os caminhos nos levam a casa sede da fazenda, construção de um único pavimento, circundada por um gramado, onde outrora seriam os terreiros de secagem de café. A mata secundária ainda preserva algumas espécies da Mata Atlântica, o antigo açude está em processo de restauro, foram feitas contenções em suas margens e limpeza nos canais.

O monumento tombado pelo IPHAN compreende um exemplar valioso da arquitetura rural do Vale do Paraíba, entretanto apresenta-se singela se confrontada com outras fazendas da região. A casa é térrea e originalmente formava um “U”, o que pode ser verificado através de imagens e características da cobertura / telhado, compondo um pátio interno que interligava os diferentes setores da casa.²⁶

Esse tombamento, feito na década de setenta do século passado, possibilitou o início do processo de restauração em 2013, quando foi implantado o gasoduto Gasbel II nas terras da fazenda. Como medida compensatória pelo uso do subsolo de valor histórico foi firmado um termo de compromisso entre o IPHAN e TAG - Transportadora Associada de Gás/Petrobras, que financiaria o projeto de pesquisa histórica, reparo e restauração da mesma, ao custo inicial de seis milhões de Reais. Em entrevista ao Jornal *O Globo* na matéria intitulada “Obras para recuperar a beleza roubada pelo tempo”, a arquiteta Isabel Rocha, do escritório técnico do Iphan no Médio Paraíba, apresenta a necessidade de estudos antes do início da obra.

O projeto inclui as áreas onde há registro de edificações desaparecidas, o armazém e o açude, o bosque e todo o acervo móvel da casa. [...] a primeira etapa do trabalho, com o escoramento da construção nos fundos da casa-grande, uma cavalaria que ameaçava de ruir. [...] quando foi erguida, na primeira metade do século XIX, a casa era um prédio único, em formato de U, e teve parte dos cômodos demolida, redividida e redimensionada.

A casa-grande sofreu uma grande reforma ainda no século XIX, para construção do trecho que vai da sala de jantar até o quarto duplo. No século XX, muitas reformas foram feitas, entre elas a demolição da base do U.[...] Ali, o trecho de tijolo e pedra é do século XX. A parte de trás, de adobe, onde está o escoramento principal, é remanescente da fundação da fazenda.²⁷

²⁶ Instituto cidade viva. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/>. Acessado em 28.12.2018.

²⁷ Disponível em Jornal O Globo - www.oglobo.globo.com/rio/obras-para-recuperar-beleza-roubada-pelo-tempo-10554298. Acessado em 15. 02.2019

Em visita às obras de restauro em fevereiro de 2019, observamos que as mesmas estão em processo de acabamento. Iniciadas em janeiro de 2018, após o estudo arqueológico realizado pelo escritório técnico do Iphan no ano de 2013. Contêineres próximos a estrutura montada que abriga o escritório, onde estão reunidos museólogos, arquitetos, técnicos em segurança do trabalho e engenheiros, guardam um acervo de aproximadamente 640 itens catalogados que retornaram ao casarão após a restauração.

A lista[...]inclui camas, canapés, oratórios, consoles, cadeiras, um piano e uma centena de peças que compunham a decoração de uma casa típica da primeira metade do século XIX. [...]um guarda-vestidos de vinhático, uma cama de viúvo e um oratório[...] uma mesa de 22 lugares, retrátil e um conjunto de louça francesa. [...].²⁸

Na entrevista ao jornal a arquiteta diz: “Acredita-se que havia uma senzala próximo à entrada principal da casa-grande.” Em nossa visita ao local, não constatamos nenhuma reconstrução desse ambiente.

Antes da obra, a fazenda era aberta à visitação de grupos particulares e escolares, as visitas eram realizadas em pequenos grupos e somente com agendamento prévio, sendo o visitante recebido pela proprietária, Sr.^a Elisabeth Dolson, caracterizada de Sinhazinha, em sua narrativa a frase inicial pretendia levar o visitante ao passado: “...Era uma vez.....Vamos fazer um passeio na época do ouro verde, o café. Sinhás, mucamas, a plantação de café e arvores centenárias contribuirão este cenário”. A propriedade pertence à família desde 1905, quando foi comprada por Horácio Lemos e transformada em uma fazenda de gado. Após sua morte, a fazenda passou para sua filha Alzirinha Inglez de Souza e como herança foi deixada para Elisabeth Dolson e o médico cardiologista que atendia de forma particular a Sr.^a Alzirinha, José Werneck Machado Filho.

Dentre os atrativos apresentados na fazenda são oferecidos visitas guiadas com lanche ou um piquenique no gramado. Oferecem ainda o evento Música na fazenda, com apresentação de violão clássico em um dos salões, com lanche ao final da apresentação. A fazenda faz parceria com outros eventos da região, tais como o Festival Vale do Café²⁹, evento de música e cultura que ocorre desde o ano de 2002, na segunda semana de julho. Participa do plantão histórico proposto pelo resultado de uma parceria entre o Ministério do Turismo, Sebrae Nacional - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e o

²⁸ Idem.

²⁹ Festival Vale do café. Disponível em www.festivalvaledocafe.com.br. Acessado em 20.01.2019

IMB - Instituto Marcas Brasil através do certificado conferido pelo selo Tour da Experiência³⁰ - Caminhos do Brasil Imperial.

Tabela de valores para visitação até o ano de 2018

Eventos:	Número mínimo de pessoas	Valores:
Plantão Histórico	02	R\$ 35,00
Visitação	02	R\$45,00
Piquenique:	20	R\$55,00
Música na Fazenda:	40	R\$ 65,00

As visitas podem ser feitas em dois horários as 11h e as 15 h e agendadas pelo site www.espiritodovale.com.br. Os serviços oferecidos no piquenique que dura em torno de 3 horas, são a visitação a sede, colheita de frutas da época, cestinhas individuais com quitutes, toalhas, almofadas e utensílios para a prática de jogos como o croquet, a peteca e a bola de vôlei, futebol não é permitido. A visitação a casa e os outros produtos oferecidos o tempo de duração é em torno de 2 horas. Na lojinha de souvenirs vendem licor de café, camisetas e livros de poesias.

2.1 O processo de restauração

A Fazenda Santa Eufrásia ao longo de sua história sofreu muitas descaracterizações, incluindo a demolição de parte da casa e mudança interna com a subtração de alguns cômodos. Torna-se fundamental entender os critérios adotados para a restauração. As perguntas que nortearam a nossa visita foram: Foi feito um trabalho de prospecção arqueológica na área de entorno da casa? A restauração mantém o uso original da casa como residência da proprietária ou não? A restauração contempla os bens móveis da casa? Quais serão os novos usos da casa e do seu entorno?

³⁰ Tour da Experiência. Disponível em www.tourdaexperiencia.com.br. Acessado em 20.01.2019

Em nossa visita ao local, fomos recebidos pela arquiteta Bartira Bahia³¹ e pelo museólogo Felipe Carvalho³². Não foi possível visitar o interior da fazenda por questões de segurança, mas visitamos todo o entorno e a parte do prédio já finalizada para uso, a antiga cavalaria, transformada em duas suítes para hospedagem. Em relação ao trabalho de prospecção, fomos informados que o relatório sobre a prospecção arqueológica foi feito pelo IPHAN, em 2013 – no entanto, infelizmente não conseguimos acesso a esse documento. Durante as obras de infraestruturas existe o cuidado de uma arqueologia de monitoramento, onde foram encontrados cerca de 3 mil objetos que datam do período de 1850 a 1920, alguns utensílios domésticos, pedaços de louças, vidros, talheres, frascos de perfumes, objetos de uso pessoal e lixo doméstico. Esses vestígios foram entregues para catalogação e estudo ao escritório técnico no Médio Paraíba do IPHAN, com sede em Vassouras.

Em relação ao uso da casa e a seus bens móveis, nos foi relatado que a proprietária mora em uma outra residência nas terras da fazenda e que o projeto de ambientação é inspirado nos anos de 1970, data de seu tombamento. O restauro dos móveis não está incluso no valor licitado para a restauração. Felipe informou que muitos móveis estão em bom estado de conservação e que serão aproveitados, e os demais ficaram nos contêineres, aguardando uma possível licitação para restauro.

As obras iniciadas em 28 de fevereiro de 2019 têm como prazo previsto de conclusão a data de 30 de abril de 2019, o subsídio para a obra é disponibilizado pela NTS - Nova Transportadora do Sudeste S/A³³, que transporta gás natural por meio de um sistema de gasodutos, conectando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo ao gasoduto Brasil-Bolívia e aos terminais de gás natural liquefeito e às plantas de processamento de gás³⁴. Segundo Carvalho, não é recomendado em termos de restauração em fazendas históricas, a reconstrução de espaços que tenham sido modificados ao longo do tempo. O processo de restauro da fazenda Santa Eufrásia está baseado nas recomendações das cartas

³¹ Arquiteta e Urbanista. Coordenadora Institucional da construtora Biapó Ltda – RJ

³² Mestre em Museologia e Patrimônio. Conselho Regional de Museologia 2 Registro - N.º 1042 – I e Conselho Internacional De Museus - ICOM N.º 5815

³³ A NTS foi criada a partir de um Termo de Compromisso assinado com a ANP- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no qual a Petrobras se comprometeu a reestruturar a TAG- Transportadora Associada de Gás e suas subsidiárias integrais, de forma a criar uma transportadora de gás natural no sudeste do Brasil, a NTS e outra no Norte-Nordeste, a NTN. Em 04 de abril de 2017 a Petrobras finalizou a operação de venda de 90% das ações da companhia na NTS para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (FIP), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management. Na mesma data, o FIP realizou a venda de parte de suas ações na NTS para a Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. Disponível em www.ntsbrasil.com. Acessado em 24.2.2019.

³⁴ As plantas de processamento de gás são usadas para purificar as matérias-primas de gás natural produzido a partir de extração de campos de gás subterrâneos ou na superfície dos líquidos produzidos a partir de poços de petróleo. Disponível em www.wikipedia.org. Acessado em 18.02.2019

patrimoniais³⁵ de Atenas de 1931, nas questões e ideias relacionadas a arqueologia, preservação do patrimônio e urbanismo

A Carta de Atenas de 1931 foi elaborada no Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações trazendo para discussão questões das principais preocupações da época, que envolviam a legislação, as técnicas e os princípios de conservação dos bens históricos e artísticos. [...] o documento mostra a necessidade tanto das organizações que trabalhem na atuação e consultas relacionadas à preservação e restauro dos patrimônios, como de legislação que ampare tais ações, garantindo o direito coletivo (RAMOS, 2015)³⁶

E na Carta de Restauro de 1972, tendo como base as diretrizes relacionadas as questões de restauração em ambientes históricos.

A Carta do Restauro foi elaborada em 1972 pelo Ministério da Instrução Pública da Itália. São 12 artigos que descrevem diretrizes para intervenções de restauração em todos os tipos de obra de arte, desde monumentos arquitetônicos, pinturas e esculturas a conjunto de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, centros históricos, coleções artísticas e jardins de especial importância. Neste documento, a restauração é definida como qualquer intervenção, não necessariamente direta, a fim de manter em funcionamento, facilitar a leitura e transmitir integralmente as obras anteriormente citadas. São descritas todas as diretrizes, etapas, responsabilidades, trabalhos, técnicas e programas para a preservação e restauração de bens históricos, artísticos e culturais. (RAMOS, 2015)³⁷

Essa é a razão por estarem incluídos no processo a reconstrução do açude da ponte e da estrada. A arquiteta Bartira Bahia, nos colocou a parte da história da empresa que executa a obra e suas ações, a Construtora Biapó Ltda, “Inspirado na cultura indígena tupi, Biapó significa o produto do trabalho, a obra, o artefato”. A empresa foi criada em 1989 e tem sede em Goiânia, no estado de Goiás. Iniciou suas atividades de restauro artístico no ano de 1994, ao ser convidada para restaurar o Museu de Arte Sacra da Boa Morte, na Cidade de Goiás. Após essa primeira empreitada, a empresa foi contemplada com diversos prêmios na área de arquitetura e gestão de pessoas, dentre eles:

³⁵ As Cartas Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. Elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com patrimônios culturais, as Cartas somam mais de quarenta, segundo dados do IPHAN, em 2015 e permanecem atuais, sendo constantemente complementadas. Disponível em www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157. Acessado em 24.02.2019

³⁶ RAMOS, Caroline Martins Rennó. Cartas Patrimoniais. Disponível em www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157. Acessado em 24.02.2019

³⁷ Idem.

Tabela de premiação Construtora Biapó – 2006 / 2012

Ano	Prêmio	Categoria	Instituição Concedente	Obra / Programa
2006	Prêmio guia 4 rodas	Melhor projeto de restauro	Guia 4 rodas – Editora Abril	Igreja de São Francisco de Assis – Pampulha – Belo Horizonte/ MG
2007	Rodrigo Melo Franco de Andrade	Preservação de bens móveis e imóveis	Ministério da cultura	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário – Pirenópolis/GO
2010	Sesi de qualidade no trabalho	Inovação – 2º lugar – empresa de médio porte	SESI - Serviço social da indústria	Canteiro aberto
2012	Sesi de qualidade no trabalho	Gestão de pessoas – média empresa	SESI - Serviço social da indústria	Biapó em sua casa

Atualmente emprega centenas de funcionários no ramo da construção civil, da administração e da educação. A partir de 1994, a construtora inicia sua atividade para ser especializada em restauração de patrimônios histórico, sendo assim começa a participar de licitações e projetos em todos os estados brasileiros, em parceria com Órgãos e Instituições de preservação patrimonial no âmbito federal, estadual e municipal.

Preservar a arte, a cultura e a história é fundamental para a manutenção da identidade cultural de um povo. A conservação de bens culturais e históricos possibilita o contato das novas gerações com o que foi produzido por seus antepassados, promove o autoconhecimento e mantém viva a memória dos modos de fazer e pensar de uma sociedade³⁸

A preocupação com o ser humano e com a história estão presentes nos valores, no dia-a-dia da equipe e em práticas de responsabilidade social por meio de programas sociais. O Programa Biapó além dos números, promove ações no fortalecimento da educação, da cultura através da valorização da história, da cidadania com o desenvolvimento do trabalho e

³⁸ Disponível em www.biapo.com.br/site/historia/. Acessado em 25.02.2019

equipe e da qualidade de vida com a valorização de seus colaboradores, parceiros e da comunidade envolvida durante a realização das obras de restauro.

Descreveremos essas seis ações por acreditarmos que após o restauro, algumas dessas ideias podem ser adaptadas e inseridas nas ações da fazenda junto a seus empregados, colaboradores e comunidades afrodescendentes da região, ficando assim de acordo com o termo de ajustamento de conduta, assinado pela proprietária junto ao Ministério Público.

[...] Fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe em uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente. (ALMEIDA; ROVAI, 2011)³⁹

A reconstrução desse passado se torna útil ao presente através da atuação de uma gestão social, que na empresa está dividida em seis eixos, são eles: As aulas de alfabetização e educação patrimonial e Cidadania, que ocorre nos canteiros de obras, com a intenção de promover o envolvimento intelectual e a participação mais responsável dos operários com as obras de restauro; o Programa Biapó em sua casa promove através de sorteios, a doação de materiais de construção e mutirões com o voluntariado dos trabalhadores das obras na reforma da casa do premiado; os operários que participam do mutirão são bonificados com uma pontuação adicional de 10 pontos no programa de Bônus e Resultado, que é um sistema de avaliação e pontuação dos operários – a empresa diz que o objetivo é motivar o empenho e a participação no cumprimento das metas e na permanência no trabalho, para obterem o direito a distribuição de parte dos lucros da empresa.

As duas ações da empresa de interesse nesse trabalho são o de inclusão social, que é a contratação de pessoas em situação de desvantagem ou risco social, nas obras de restauração dos prédios históricos, através de parcerias com instituições e comunidades dentro do espaço geográfico, onde estão sendo realizadas as obras. Uma dessas parcerias é feita com o IPHAN- Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, através de um projeto de capacitação em conservação e restauro e com a ministração de oficinas de técnicas de conservação de elementos integrados em jardins históricos.

Acreditamos que a continuidade dessa formação profissional seria um diferencial, no que tange à responsabilidade e ética necessárias para que a fazenda não continue sendo exclusivamente um objeto de entretenimento. Além da geração de emprego e renda, essa

³⁹ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira, Introdução a história pública, São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ação faria com que os integrantes, tivessem a oportunidade de serem especialistas e multiplicadores de seus saberes, transformando esse sítio de memória sensível em um local com a preocupação de resgatar a memória das comunidades próximas, como a da toca dos leões⁴⁰, visando impactá-la de maneira positiva, construindo um sentimento de pertencimento e orgulho de seus antepassados, pois a maioria dos moradores são afrodescendentes e relatam histórias de vida, ligadas à fazenda.

A segunda ação desenvolvida na Fazenda Santa Eufrásia é a que faz parte do programa intitulado de Canteiro aberto, que consiste em apresentar ao visitante as etapas da obra, através de atividades expositivas e que levem o visitante a uma vivência relacionada a cultura e ao saber popular – aproveitado e aperfeiçoado no processo de restauração. Essa ação foi apresentada a públicos de diversas faixas etárias e interesses diversos, dentre os visitantes estavam grupos de acadêmicos, alunos do ensino fundamental, médio e superior, estrangeiros, moradores locais e dos arredores e turistas de outros estados com interesse pela temática.

Essas duas ações de forma conjunta serviriam para despertar um sentimento de identidade e sensibilização em relação aos escravizados e suas heranças na formação social brasileira. As oficinas de vivências e saberes populares também são estratégias para repensar as formas de abordagem das memórias contidas nesse roteiro. A memória sempre presente é a do casarão, que nos remete aos senhores e senhoras que ali viviam nos oitocentos. Esse estudo propõe a mudança na abordagem feita através de uma formação de professores que serão instigados a perceberem as possíveis abordagens que incluam a temática africana e afrodescendente nesses espaços, o que entendemos como descortinar o olhar.

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo (BNCC, 2018, p.400)

As ações realizadas, realizadas durante o processo de restauração na fazenda Santa Eufrásia, são apresentadas através de informativos produzidos pela Construtora. Em nossa visita a obra, fomos informados que as ações no canteiro de obras estariam registradas nos cinco informativos, organizados da seguinte forma no ano de 2018: janeiro a abril, maio a junho, julho a agosto, outubro a novembro e dezembro a janeiro de 2019. Não encontramos referências ao nosso objeto de estudo no informativo do período de janeiro a abril.

⁴⁰ Conjunto habitacional popular, localizado as margens da rodovia RJ – 127, área de risco social que faz limites com a fazenda.

O informativo de maio e junho, traz duas referências as ações da construtora na cidade de Vassouras. A primeira delas é a comemoração dos 60 anos do processo de tombamento do conjunto histórico, urbanístico e paisagístico da cidade. Pontuaram que todo o conjunto foi possível por conta da riqueza dos fazendeiros de café. A ação na praça foi uma oficina de arquitetura de terra para crianças, ministrada pelos técnicos da empresa, que teve como objetivo apresentar as possibilidades de erguer uma casa com o uso da terra como material construtivo, as crianças aprenderam como fazer tijolos de adobe e paredes de pau a pique. O que despertou no público presente, um grande interesse pelo tema. Esse oficial está ligado às fazendas, pois as paredes internas das mesmas são feitas de pau-a-pique e as paredes externas feitas de tijolos de adobe, que é uma mistura de barro, estrume de vaca, capim secos ao sol.

Acreditamos que deveria ter sido abordada a importância dos escravizados nesse processo de construção, demonstrando junto as crianças que para esse trabalho é necessário um de conhecimento técnico. Possibilitando assim, lançar sementes de respeito, empatia e admiração no imaginário infantil. Como diz Marina de Mello e Souza em sua obra *África e Brasil Africano* (2014, p. 145). “Se os valores relativos à igualdade forem transmitidos às crianças aumentam as chances de o mundo futuro ser mais justo”.

O segundo evento apresentado no informativo foi a inauguração da Exposição Canteiro Aberto, durante o período do Festival Vale do Café, que ocorreria no dia 21 de julho, onde seriam apresentados os processos de restauração e outras obras civis, seguindo os procedimentos construtivos tradicionais da região da arquitetura em terra crua, como o uso de tijolos de adobe e de técnicas de estuque e pau a pique e a confecção de telhas de barro, através de uma vista guiada. O grupo da Associação Afro - Jongo Caxambu Renascer faria a abertura do evento.

A programação da mostra estaria programada para um total de seis visitas, com datas previstas para os dias 11 de agosto, 8 de setembro, 20 de outubro, 10 de novembro e 8 de dezembro, com visitas guiadas das 13h às 16h, dois desses eventos foram transferidos por conta da chuva.

No informativo de julho e agosto, é abordada a visita do dia 21 de julho, tendo destaque para o Sr. Francisco José Rosado da Silva, o Chicão, mestre adobeiro, especialista responsável de repassar para toda a equipe de restauro a técnica de produção de tijolos de adobe. Ao se apresentar ele coloca como motivação para seu trabalho as memórias de sua infância em uma casa de adobe, que foram uma motivação para aguçar a sua curiosidade quando criança e transformá-la em profissão. O relato do mesmo é de que está dedicando-se

cada vez mais aos estudos de uma técnica que tem mais de 2.500 anos⁴¹, conclui sua explicação com a fala “As pessoas ficam impressionadas e surpresas porque o modo de fabricação é totalmente natural, cimento zero. É um trabalho pesado, antes da secagem, um tijolo chega a pesar 40 quilos “

A forma encontrada de trazer a mostra um patrimônio imaterial foi a apresentação de um grupo de jongo⁴², o grupo da Associação Afro - Jongo Caxambu Renascer⁴³, que é um movimento de afirmação de identidade cultural, sob a liderança de Cláudia Lucia Rodrigues, irmã do fundador do grupo, Luís Carlos Rodrigues, o Cascalo, falecido em novembro de 2015. A fundadora do Instituto Preservale, Sonia Mattos, disse que a experiência foi enriquecedora, tanto para a população em geral, como para públicos mais especializados. No informativo de julho a agosto, a Construtora Biapó, ratifica a realização do projeto de acordo com seu compromisso público, reforça que as visitas são públicas e gratuitas ao canteiro de obras da Fazenda Santa Eufrásia e que a visita é feita na parte externa e inicia-se com a contextualização histórica e a relevância do processo de restauro.

No informativo de outubro e novembro, três notícias estão relacionadas as atividades realizadas a partir das experiências realizadas na exposição Canteiro Aberto. As ações feitas na fazenda, fizeram parte de eventos que ocorreram no período de 9 a 20 de outubro simultaneamente em seis municípios da região do Vale do Paraíba Fluminense: Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Valença através da subprefeitura do distrito de Juparanã e Vassouras. Os eventos foram a SIMCTIVALE - Semana Intermunicipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento do Vale do Café, destacar objetivo e quando foi criada. FIMUCTI - Feira Intermunicipal de ciência, tecnologia e Inovação do Vale do Café e a SIMAVALE - Semana Intermunicipal de astronomia do vale do Café.

⁴¹ A terra crua é o material de construção mais antigo do mundo. As técnicas de construção com barro datam de mais de 9.000 anos. Todas as culturas antigas utilizaram o solo para a construção de casas, fortalezas e obras religiosas. Disponível em www.ecodesenvolvimento.org. Acessado em 20.03.2018

⁴² O jongo foi trazido para o Brasil pelos negros banto, escravizados nos antigos reinos de Angola e do Congo. Foi no Vale do Paraíba que a manifestação conquistou maior expressão. Disponível. Acessado em 16.03.2019

⁴³ As mulheres usam saias rodadas, floridas e enfeitadas com fitas; blusas brancas de algodão com mangas bufantes; e chita ou turbante colorido na cabeça. Os homens envergam calças e batas brancas, com flores ou fitas aplicadas, e, na cabeça, o bioco, um tipo de chapéu. Com suas guias de orixás no pescoço, eles formam uma roda, e os atabaques dão o ritmo para o casal que vai para o centro, dançar e cantar. É assim que que a Associação Afro Jongo Caxambu Renascer preserva suas tradições. "Deixamos de lado o jongo de engolimentos, dos feiticeiros, e ficamos com o jongo de visaria, que é para se divertir, brincar, paquerar, como um baile", costumava dizer o líder Luís Carlos Rodrigues, o Cacalo, que criou a Renascer em 1998, quando descobriu que seu avô paterno foi um grande jogueiro. O grupo vassourense é composto por 50 integrantes, que desenvolvem atividades em escolas para difundir a cultura negra. Disponível em www.mapadecultura.rj.gov.br. Acessado em 16.03.2019

No CIEP- Centro Integrado de Educação Pública, Professor Ruy Gonçalves Gomes, em Mendes no dia 16 de outubro, ocorreu a Oficina de Arquitetura de Terra para jovens e crianças, realizada pelos mestres adobeiros Francisco José Rosado da Silva, o Chicão, e Marcos Antônio Castro, o Roque, funcionários da Biapó na obra da Fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras, que ensinaram aos alunos do ensino fundamental, dos períodos matutino e vespertino, as técnicas de construção com adobe ,a convite da coordenadora pedagógica da unidade, Maria Paula Vale, que ao participar de uma oficina realizada na praça de Vassouras disse ter percebido que aquela experiência, poderia ser uma possibilidade dos alunos da unidade de adquirirem conhecimento sobre técnicas de construções na região. O diretor do CIEP- Moisés Cláudio de Paula Marques, afirmou que a experiência de ter um Mestre adobeiro ensinando técnicas construtivas com uso de terra fez a diferença no ano letivo. "Foi uma atividade vibrante. As crianças gostaram. É um belíssimo projeto, muito interessante."

As ações feitas na Fazenda Santa Eufrásia fomentaram interesse em unidades de ensino nos níveis do fundamental e do médio e em centros acadêmicos da região. Por conta do objetivo da Construtora Bipo em mostrar o canteiro de obras da fazenda, através de uma visita pública e gratuita.

O UGB - Centro Universitário Geraldo Di Biase⁴⁴, em comemoração aos 50 anos da Faculdade de Arquitetura do Centro de Volta Redonda, promoveu a visita de 120 alunos a exposição, acompanhados pela professora da instituição e técnica em conservação do Iphan de Vassouras, Isabel Rocha, que promoveu a implementação dessas atividades na fazenda em parceria com a construtora. A mesma ministrou uma aula na Oficina de Produção de Adobe, demonstrando a forma artesanal como os tijolos eram feitos na região séculos atrás. A visita à casa-sede e à cavalaria teve instruções dos arquitetos Camila Furloni e Daniel Vilhena sobre os processos de restauro da obra e adquiriram conhecimentos de museologia com Felipe Carvalho. Segundo Isabel Rocha:

A ideia de abrir a obra e fazer oficinas para revelar os bastidores da restauração do patrimônio histórico é muito interessante. A roda de conversa com os alunos feita em seguida foi muito produtiva e enriquecedora. Eles ficaram encantados com a técnica de adobe e com o processo de amassar o barro. Uma coisa é abordar essas

⁴⁴ Instituição de ensino superior privada brasileira, com sede no bairro do Aterrado em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. É mantida pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel, oferece mais de 27 cursos de graduação distribuídos em três campus, Volta, Barra do Pirai e Nova Iguaçu. A instituição possui laboratórios específicos para as aulas, a unidade sede possui empresas acadêmicas de consultoria, e todas as unidades possuem bibliotecas com acervo de diversas obras. O Centro Universitário oferece cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia, pós-graduação e MBA em diversas áreas do conhecimento. Disponível em www.wikipedia.org.br. Acessado em 10.03.2019

questões em sala de aula, outra é ver como se faz. A montagem do telhado também chamou muita atenção.

A segunda edição da exposição Canteiro Aberto da Fazenda Santa Eufrásia, foi em homenagem ao mês da criança, ocorreu no dia 20 de outubro, com a apresentação da camerata, grupo pequeno de músicos especializados em música de câmara, tendo como integrantes vinte e cinco crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos regida pelo maestro Cláudio Moreira, do PIM - Programa Integração pela Música⁴⁵, mantido pela Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. No repertório foram apresentadas músicas clássicas Música popular brasileira e temas de filmes. Essa troca de experiências desperta o interesse dos jovens, como afirmou Cláudio Moreira: “Foi uma ótima experiência de interação com a natureza e com nossa história. Gostamos de interagir com esse tipo de iniciativa, onde os músicos têm a oportunidade de participar das oficinas e das palestras.”

Nas oficinas de arquitetura de terra e escavação arqueológica, foram montados dois painéis com fotos sobre arquitetura de terra e técnicas de adobe e taipa. Após a explicação para que os participantes do eventos vivenciassem de forma lúdica o assunto abordado, foi construído um tanque de areia onde foram enterrados materiais como pratos de cerâmica, réplicas de chocalhos indígenas e crânios de plásticos para simular uma escavação e promover as crianças a experiência da descoberta de objetos arqueológicos. A arqueóloga que ministrou a oficina, Jamária Batista Nascimento aponta que:

Esse tipo de atividade permite o contato dos arqueólogos com a significação do patrimônio histórico, é quando conseguimos ter contato com a comunidade e lançar sementes que vão frutificar para valorizar nossa cultura.

O informativo de dezembro a janeiro de 2019, traz a descrição do encerramento da Mostra do Canteiro Aberto da Fazenda Santa Eufrásia, no dia 15 de dezembro, com uma programação que inclui mostra fotográfica, exposição de estandartes, visitas guiadas no canteiro de obras e leitura de poesias e cordel.

A apresentação do Auto de Natal “O Boi e o Burro a Caminho de Belém”, de 1953, a primeira peça de Maria Clara Machado, foi organizada pela diretora de teatro, cenógrafa,

⁴⁵ Criado pelo maestro Cláudio Moreira, em 2000, no município de Vassouras, contando com apenas 39 crianças e um professor voluntário, o PIM - Programa Integração pela Música, foi idealizado para oferecer à população local vivências cooperativas em torno do acesso à cultura, educação e cidadania através do estudo musical, que requer necessariamente, o compartilhamento de informações e o trabalho em equipe[...] contribuindo na formação de cidadãos conscientes de si, do outro, da realidade que os cerca e de sua capacidade de transformação tendo a música como principal ferramenta. Atualmente são 700 integrantes com idade entre 6 e 88 anos. Disponível em <http://www.pim-org.com/pim.php>. Acessado em 10.03.2019

arte-educadora, pedagoga Beatriz Vidal Leite por meio de uma direção coletiva teve a participação dos atores Marcelo Freitas, Allan Brum e Marco Gionavi no núcleo principal e cerca de doze funcionários da construtora e seus familiares na encenação, montagem de cenário, figurino e som. Beatriz Vidal, a Tiza, é a idealizadora do projeto Rodas do Saber⁴⁶, um espaço de estímulo às vivências diferentes do lugar comum de cada pessoa, sua participação no ambiente da obra possibilitou aos funcionários uma reflexão sobre a troca de seus saberes:

Foi uma experiência incrível poder participar deste projeto, entrar no canteiro e motivar os funcionários a participarem da encenação. A concepção foi que pudéssemos deixar visível que eram os próprios funcionários encenando de forma descontraída. Assim os figurinos foram concebidos deixando a base dos uniformes visível. Com recursos limitados, o improviso foi o caminho na melhor versão de teatro mambembe.

Outras duas apresentações foram a declamação de poesias feita por atores profissionais e do cordel “A Peleja do Natal com o Ano Novo”, de Jussara Pereira de Almeida, cordelista de Vitória da Conquista no espírito auto e que atualmente mora na cidade de Vassouras.

A caninha verde, uma dança típica da região do Minho em Portugal, foi apresentada pelo líder do grupo do Sr. Manoel João dos Santos, o Manoel de Ferreiros, com 80 anos, que herdou a tradição da família. O sanfoneiro Sr. José Carlos Nascimento, o Manjica, e um grupo infantil de oito meninos e meninas, entre 12 e 13 anos, que ensaiam uma vez por mês, no quintal do Sr. Manoel. A dança foi orientada pelo Sr. José Luís Tavares, que em sua fala, transparece a preocupação em manter a tradição:

Os grupos tinham 12 duplas, mais o sanfoneiro, o percussionista e um surdista. Isso faz uns 15 anos. Achei uma tristeza ver isto desaparecer, em 2010, decidi montar o Caninha Verde, só com crianças do bairro da Ponte Funda

Nesse evento foi apresentado o trabalho do fotógrafo Beto Felício e da designer Susan Johnson, da Livros e Livros que estão acompanhando a obra de restauração da Fazenda Santa Eufrásia desde o início para a produção de um livro sobre a trajetória histórica e a evolução da

⁴⁶ O Rodas do Saber é um projeto que abre espaço para a troca de Saberes e Fazeres do Vale do Café Fluminense. Em encontros mensais, no último sábado de cada mês, estimula o fortalecimento do capital social dos moradores da região através da percepção de que somos todos pertencentes a um mesmo território. Histórias pessoais resgatadas e compartilhadas na roda passam a reescrever a história da região de forma ampliada pelo olhar particular de cada um. Nas oficinas revivem os fazeres com quem guardam o saber da tradição, construindo um conhecimento vivido. Nas rodas, as histórias contadas por quem viveu, ouviu dos mais velhos ou estudou a história oficial são compartilhadas criando um repertório único de conhecimento do grupo participante. Disponível em www.rodasdosaber.wordpress.com. Acessado em 17.03.2019

restauração do local como patrimônio histórico. A obra sobre a Fazenda Santa Eufrásia terá sete capítulos e cerca de 200 fotografias dos bastidores da obra.

Da mesma forma com que esse projeto pretende mostrar o que o que existe nos bastidores de uma restauração, nosso trabalho pretende através de uma visita escolar tendo o professor como mediador, instiga o olhar dos discentes a valorizar a função dos escravizados nesse espaço, através da demonstração que a técnica e o conhecimento construtivo utilizado, como trabalhos de olaria, carpintaria, confecção de grades de ferro e madeira, encaixes, telhas e desenhos eram resultado de uma especialização do saber desses escravizados que para isso desenvolveram um alto grau de perfeição e sensibilidade estética obtendo através disso “ferramentas” para negociar e resistir na sociedade escravista dos oitocentos.

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos. (BNCC, 2018, p.402)

3 ACENDENDO O CANDEEIRO NA AULA DE HISTÓRIA: PROPOSTA DE ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES NAS FAZENDAS CAFEEIRAS DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

3.1 Proposta de intervenção: formação continuada para professores

Dando sequência à realização de atividades que buscam fortalecer a história e a cultura afro-brasileiras na região do Vale do Café, o MPF-RJ, Ministério Público Federal em Volta Redonda mediu acordo entre a Fazenda Santa Eufrásia e a Secretaria Municipal de Educação de Vassouras para a realização de visitas escolares periódicas no local, com o fim de garantir uma visão plural sobre a história, que permita a discussão sobre a trajetória do povo negro na região. O IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também está participando das discussões. A medida dá cumprimento a uma das cláusulas do TAC- termo de ajustamento de conduta firmado entre o MPF, a Defensoria Pública e a fazenda, em maio deste ano.⁴⁷

A partir do noticiado em 05.de julho de 2017 e no processo de desenvolvimento de pesquisa desta Dissertação de Mestrado, acreditamos que a participação do professor no processo de construção para essa vivência seria condição *sine qua non* para uma visita com criticidade. A partir de suas aulas e assuntos abordados em relação a temática antes da visita, questionando e analisando as múltiplas formas de difusão pública da história na região, fazendo com que seu aluno compreenda e visualize quais narrativas , histórias e vivências estão silenciadas nesses espaços e de que forma elas podem ser resgatadas.

Não pretendemos em nenhum momento, trazer receitas ou soluções mágicas para a formação do profissional de História, porém acreditamos que com essa contribuição o professor poderá tornar-se um mediador, multiplicador e guardião das memórias negras nesses sítios. A formação será baseada baseados em narrativas de vidas negras do passado e do presente, pretendemos colaborar com a tessitura de conhecimentos na formação continuada desse profissional. Pretendemos levar os participantes a uma reflexão e compreensão de que esses atores sociais sempre se mobilizaram no sentido de se manterem vivos e “humanos“, seja através da rebeldia, da negociação e ou do trabalho. Como diz o Sr. Antônio Nascimento Fernandes, o *Toninho Canecão*, aos 70 anos, presidente da associação de moradores do Quilombo São José da Serra , localizado no município de Valença, no Rio de Janeiro: “ Não

⁴⁷ MPF/RJ: Fazenda Santa Eufrásia receberá grupos escolares para discutir história e racismo. Disponível em <http://www.mpf.mp.br>. Acessado em 19.03.2019

se trata de tirar o retrato do barão da parede, mas se trata de colocar o do escravizado lá, em pé de igualdade “.

"Conforme a Cláusula 10 do Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público Federal no dia dois de maio de dois mil e dezessete apresento um pedido de desculpas público à comunidade negra. Que a assinatura e o cumprimento deste termo de ajustamento de Conduta sejam formas de reconhecimento, de reparação, e que possam materializar, em todas as ações previstas, minhas sinceras desculpas. Se, em geral, as fazendas abertas à visitação no Vale do Paraíba apresentam roteiros históricos de forma incompleta e injusta com a população que aqui foi escravizada e que ergueu a riqueza desses vales de café, agora celebramos a possibilidade de construção de outra narrativa desta história. Como representante da Fazenda Santa Eufrásia, exemplo de fazenda de café do século XIX, comprometo-me a incorporar a história daqueles e daquelas que aqui foram escravizados, de forma que valorize sua resistência à opressão, e a valorizar o patrimônio cultural construído por seus descendentes na região do Vale do Paraíba, ampliando suas possibilidades de visibilidade, sustentabilidade, pertencimento e garantia de direitos em nossa sociedade nos dias de hoje".⁴⁸

A proposta contém elementos advindos dos resultados apurados de pesquisas acadêmicas que embasam a nossa ideia de propor uma formação ao professor de história e através dela, conquista-lo como mediador nas questões aqui abordadas. Isso se faz necessário no sentido de atender nossas prerrogativas. Ao descrevermos as narrativas dos atores sociais pretendemos despertar a empatia e esclarecer visões e conceitos arraigados em nossa história negra brasileira, para com isso facilitar o entendimento sobre as relações entre senhores e escravizados nos oitocentos e suas heranças de preconceito e exclusão mantidas em nossa sociedade. Dessa forma estabelecemos uma ligação entre esse produto proposto e os resultados da pesquisa a ele atrelado.

Para o desenvolvimento dessa atividade de formação foi definido como público-alvo estudantes do curso licenciatura e ou bacharelado de História, professores da rede municipal, estadual ou particular de História, que atue no segundo segmento, do 6º aos 9º anos do ensino fundamental. Nosso objetivo principal é fomentar uma abordagem crítica em sala de aula, tendo em vista as diversas formas de difusão pública na temática da escravidão, ampliando as possibilidades de interpretações, com o intuito de valorizar as vivências e os valores presentes na história de vida e cultura dos afro descendentes brasileiros, tendo como culminância dessa ação a experiência de visitação a fazenda Santa Eufrásia ou em outro sítio de memória sensível, que contemple essa temática. Torna-se necessário que o mesmo tenha acesso à internet para posterior acesso as fontes aqui utilizadas.

⁴⁸ MPF/RJ: Fazenda Santa Eufrásia receberá grupos escolares para discutir história e racismo. Pedido de desculpas público feito pela proprietária e disponibilizado no sítio eletrônico da fazenda em vídeo e em texto. Disponível em <http://www.mpf.mp.br>. Acessado em 19.03.2019

O projeto de formação continuada para docentes de História está estruturado nos próximos tópicos dentre os quais apresentaremos um breve histórico da importância da formação continuada do docente, da aula de campo, em que professores e alunos poderão estabelecer “pontos de encaixe” entre o conteúdo abordado e aprendido em sala de aula com a observação do espaço e suas complexidades – entendemos esse método como estudo do meio. Abordaremos a importância do uso das narrativas no processo de desenvolvimento de aprendizado e do senso crítico. Em seguida a descrição da proposta da formação junto aos docentes para a visita no sítio de memória sensível, Fazenda Santa Eufrásia, bem como os dados e fontes sugeridos. Por último faremos nossas considerações finais do que desejamos como resultado da proposta.

3.2 A importância da formação continuada para professores

O objetivo da proposta de formação de professores é apresentar possibilidades para que as ideias que servem como base dessa dissertação possam ser difundidas em múltiplas direções; seja no preparo de uma aula sobre o tema, nos ambiente da sala de aula ou fora dela como nas visitas de estudo do meio, onde as ideias do escravo como sujeito, ator social, produtor de cultura e de resistência estejam presentes – tal como delineado no capítulo 1 deste trabalho e nas abordagens historiográficas propostas por Sidney Chalhoub e João José Reis e Eduardo Silva. Enquanto Chalhoub *se contrapõe* a teoria do escravo-coisa, que aborda que o escravizado teria perdido a capacidade de entender o mundo sem a ajuda, compaixão e inteligência de seus senhores por conta das violências sofridas, Reis e Silva embasam sua abordagem sobre a escravidão a partir do “olhar” do escravo, onde desvendam a capacidade do escravo em torna-se um sujeito histórico e não somente um acessório na sociedade escravista dos oitocentos.

A questão do negro tal como colocada hoje se apoia sobre uma constatação: o tráfico e a escravidão ocupam uma posição marginal na história nacional. No entanto, a história e a cultura dos escravizados são constitutivas da história coletiva como o são o tráfico e a escravidão. Ora, a história nacional não integra ou pouco integra os relatos de sofrimento, de resistência, de silêncio e de participação (MUNANGA, 2015, p.28)⁴⁹

⁴⁹ MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015

Almeida, em seu artigo, “Desbravando horizontes: a importância das aulas de campo no ensino de História” (2013), entende que a aula de estudo do meio é indispensável no processo educativo, pois traz de forma diferenciada uma leitura de mundo, ampliando o cabedal de conhecimentos e transformando os “olhares” dos discente, fazendo com que o mesmo identifique através dessa experiência os assuntos abordados em sala de aula e se torne a partir dessa percepção atuante na reescrita de seu mundo.

Uma aula de campo diz respeito à culminância do que foi visto, estudado e questionado em sala de aula, ou seja, a práxis propriamente dita. O professor deve desenvolver juntamente com os alunos projetos de interesses dos mesmos com temas transversais ajudando a conscientizar a todos sobre a importância de se aprender história além da sala de aula, apoiando seus alunos a serem sujeitos ativos na organização do trabalho pedagógico. Um professor bem formado e ciente de sua função social procura incentivar seus alunos a construir uma sociedade mais justa e solidária, desafiando o cotidiano. (ALMEIDA, 2013, p.3)

As narrativas são histórias de pessoas, grupos e Estados. São relatos que podem ser usados na pesquisa em diversas áreas do conhecimento, no ensino de história pretendemos que as mesmas possam desenvolver nos nossos docentes a capacidade de promoverem a reflexão entre os seus alunos e que os permita entender-se como sujeitos ativos no processo histórico, desenvolvendo nos mesmos a autoestima, a empatia e o entendimento de que tem uma responsabilidade social na promoção de igualdade de direitos.

Assim, defendemos que compreender a experiência de outrem implica colocar-se ao lado deste outro, dialogando com sua experiência, para, através da indagação colaborativa, dar a esta o lugar apropriado nesse contexto de ressignificação. A ressignificação configura-se, assim, pelo processo criativo do professor de atribuir novos significados a partir do que já é conhecido, dando um outro sentido ao contexto em que está inserido, o que pode revelar contradições e conflitos, aspectos construtivos do processo que possibilitam um saber diferente. (FONTOURAS E MONTEIRO, 2016, p.538)

Ressaltamos que o apoio a aprendizagem profissional é um fator preponderante para a qualidade das aulas ministradas pelos docentes, como afirma Almeida (2013). O professor bem preparado vai saber articular cinco saberes essenciais para a prática em sala de aula, são eles: saber disciplinar; saber didático; saber das ciências do homem; saber pesquisar e saber fazer.

3.2.1 Descrição da formação e dados gerais

Notadamente é na escola, espaço de convivência do estudante, que se encontra a representação da sociedade, seus valores, seus pensamentos, suas atitudes. Pensando assim, podemos entender que também na escola há a manifestação de preconceito racial. Daí a necessidade da incorporação das questões étnico-raciais em seu planejamento pedagógico. Para se discutir racismo no contexto escolar, não basta inserir de forma esparsa a lembrança do histórico massacre sofrido pelo negro, quer seja por meio de uma data em um mês específico, quer seja pela proposta de se pintar o desenho que traz a figura de um escravo acorrentado. (MACEDO; PIRES; PEREIRA;2017, p.1882)

Acreditamos que a escola é um espaço de transformação, por isso desenvolveremos uma proposta para formação continuada de professores, a ser usada pela equipe de implementação de História do departamento pedagógico da Prefeitura Municipal de Volta Redonda no Rio de Janeiro, junto a seu corpo docente da disciplina, que ocorrerão durante o período letivo de 2019.

No ano de 2018, foi homologada pelo governo federal a BNCC- Base nacional comum curricular Base Nacional Comum Curricular, um documento normativo que define o conjunto das aprendizagens essenciais que tem como princípios e valores as orientações já estabelecidas na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as DCN- *Diretrizes Curriculares Nacionais*, dentre as ações a serem desenvolvidas estão listadas:

[...]Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas [...] criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, em como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem[...] (BNCC, 2018, p. 16 e 17)

3.2.2 Inspiração para a formação

É o som da liberdade, que um dia a história confirmou.
 Só veio com muita luta, mistura de suor e dor,
 Não foi promessa de senhor e nem justiça de doutor
 Foi a raiz da mãe África, que nos quilombos brotou!
 ô ô ô! ô ô ô! Bate Tambor.

ô ô ô ! ô ô ô ! Bate Tambor.

A lei acabou com a corrente, mas quase nada adiantou.

Mas muitos da nossa gente, ainda sofrem pela cor.

Os segredos de outrora, meu avô me ensinou.

São lembranças de Angola que o povo preservou.

Em cada terreiro de samba. Em cada gesto de amor

Em cada ginga de bamba. Ainda se ouve um tambor

(Jongo: O tambor, Silva, Silvio e Bizar, Marcelo, 2018)

Quando um colega de profissão compõe um jongo para fazer parte do seu trabalho fica claro o seu desejo de construir uma relação de empatia com a perspectiva negra. No ano de 2017, a cidade de São Paulo recebeu uma mostra do museu da empatia⁵⁰, criado no ano de 2015, em Londres, pelo filósofo e escritor Roman Krznaric, que acreditava que esse sentimento seria capaz de revolucionar as relações humanas. A mostra “Caminhando em seus sapatos”, é uma experiência participativa ocorrida dentro de uma grande caixa de sapatos, onde ao escolher um par de sapatos o visitante através de um fone, ouve uma narrativa de vida da pessoa que seria a dona do sapato. A mostra tinha como objetivo levar o visitante a repensar suas atitudes em relação ao preconceito e desigualdade. Dois anos antes em uma TEDx, na cidade de Atenas, Krznaric, defendeu a ideia de que a empatia poderia provocar mudanças nos campos sociais e políticos no mundo, para que isso seja possível seria necessário conjugar oito ideias: treinar a próxima geração, desenvolver uma imaginação ambiciosa, provocar nossa curiosidade, aprender com a história, criar vivências, aproveitar a tecnologia de forma inteligente, ser um líder empático e cultivar a extrospecção⁵¹

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018, p.10)

⁵⁰ É um espaço de experiências dedicado a desenvolver nossa capacidade de olhar o mundo através dos olhos de outras pessoas. Por meio de projetos participativos, situações de diálogo e conexão entre as pessoas, busca explorar como a empatia pode transformar nossas relações interpessoais, inspirar mudanças de atitude e contribuir para o enfrentamento de desafios globais como preconceito, conflitos e desigualdade. Disponível em www.intermuseus.org.br. Acessado em 21.03.2019

⁵¹ Isso é descobrir quem você é, como viver, olhando para fora, descobrindo o mundo do outro. Ou seja, sendo empático. Disponível em www.intermuseus.org.br. Acessado em 21.03.2019.

3.2.3 Roteiro da proposta de formação continuada

Segue abaixo um roteiro para projeto de formação docente continuada.

Tema: KEKELI⁵²: A luz do candeeiro no resgate das memórias negras, na Fazendas Santa Eufrásia e seu potencial pedagógico para as aulas de história.

Objetivo Geral:

Em compatibilidade com a última versão da Bse Nacional Comum Curricular comum

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. (BNCC, 2018, p.400)

- Debater as questões que envolvem a aplicação da lei 10639/03 no ensino fundamental através da formação continuada dos professores

Objetivos específicos:

- Analisar estratégias, seleções de memórias, formas de abordagem e potencial pedagógico em sala de aula a partir da restauração da fazenda. Santa Eufrásia

⁵² É uma palavra togolesa, que significa: a luz está a luz existe, semioticamente denota pessoa de luz, abençoada, inspirada, iluminadora, a mesma me foi apresentada por uma professora casada com um togolês. Originária do povo Ewe que viveu na Costa oeste africana, mais precisamente em Togo, Benin e Gana.

O Togo, oficialmente República Togolesa, é um país africano, localizado no oeste da África, Togo é constituído por um estreito território que reúne povos de diferentes origens. essencialmente agrícola é um dos países mais pobres do mundo. Do século XVI ao século XVIII, a região costeira foi um importante centro comercial para os europeus para procurar “escravos”, com Togo e a região circundante passando a ser chamada pelo nome "Costa dos Escravos". Disponível em wikipedia.org. acessado em 18.03.2019

Outra fonte apresenta o país como. o país dos pequenos milagres. Do sorriso de uma criança, à cascata no centro da floresta, o Togo revela-se como o país dos pequenos milagres, uma pedra preciosa brilhante à beira das águas azuis do golfo do Benim na África ocidental. É um dos países mais pequeno da África, mas não se deixe enganar, o Togo é a prova que o que é pequeno é melhor. Dentro das fronteiras existem uma grande variedade de povos, de culturas e de esplendor natural que representam tudo o que a África ocidental tem de melhor para oferecer. A topografia vai do litoral rodeado por coqueiros relembrando o Pacífico Sul, até aos verdes montanhas, às colinas ondulantes, aos vales pitorescos, aos planaltos extensos, aos rios ondulantes e às lagunas tranquilas. No extremo norte, as savanas abundam de animais selvagens. Esta diversidade surpreendente justifica a descrição do Togo como uma "África em miniatura". Disponível em www.african-union-togo2015.com. Acessado em 22.03.2019

- Apresentar o caso da fazenda Santa Eufrásia e a denúncia de Racismo aos docentes
Desenvolver o pensamento crítico dos discentes em relação a temáticas ligas a lei 10639/03.
- Despertar um sentimento de identidade e sensibilização em relação aos escravizados e suas heranças para a formação social brasileira.
- Identificar e propor as possibilidades para um roteiro pedagógico na fazenda Santa Eufrásia.
- Interpretar ações que demonstrem que o escravizado era um ator social que traçou estratégias de resistência em uma relação desigual de poder
- Incluir de maneira significativa a presença e importância do saber negro nas formas de abordagem das memórias contidas no roteiro.
- Incentivar o protagonismo dos estudantes no processo de pesquisa sobre as memórias negras.
- Desenvolver oficinas que poderão ser usadas nas aulas de campo na fazenda Santa Eufrásia
- Apresentar personagens históricos e narrativas que demonstrem o protagonismo negro e promova a “mudança no olhar” junto aos discentes.
- Divulgar e valorizar os projetos desenvolvidos pelas Unidades Educacionais ao longo do ano letivo, assim como incentivar o protagonismo dos estudantes no processo de ensino aprendizagem
- Refletir sobre o papel que a especialização no trabalho, possibilitada a partir da negociação dos escravizados junto aos seus senhores como indivíduos portadores de sentimentos e humanidade.
- Compreender a importância das experiências de vida dos escravizados na conjuntura da escravidão e no reconhecimento desses indivíduos como seres humanos, além do instrumento de trabalho.

Conteúdos:

- A prática docente: desafios e possibilidades na aplicação da lei 10639/03
- As estratégias dos escravizados na execução dos trabalhos.
- O caso da Fazenda Santa Eufrásia: a denúncia de racismo
- O racismo institucionalizado
- O uso das narrativas na construção de memórias

Carga Horária: 32 horas divididas em quatro dias no turno matutino, das 7h30min às 11h30min e vespertino das 13h às 17h, com espaços de dois meses entre as formações. Sendo que a última formação será após a aula de campo na Fazenda Santa Eufrásia.

Materiais necessários:

Caixa de som acústica, canetas esferográficas, caneta laser, computador de mesa, data show, folhas de papel sulfite a 4, fotocópia dos textos a serem utilizados, microfone, objetos para a dinâmica inicial: forma de madeira de telha, forma de tijolos, uma garrafa de vidro com tampa, uma plaina, um formão, um livro, um caderno, pen drive com o material a ser trabalhado: vídeos, imagens e o power point da apresentação, cópia de segurança dos arquivos, produtos para a pausa do café

Desenvolvimento:

A lei 10.639/03 não inclui somente novos conteúdos também provoca um repensar sobre as relações sociais e étnico-raciais, assim como uma reflexão sobre os procedimentos de ensino, as ações pedagógicas e os objetivos da educação nas Instituições escolares. É um novo olhar e uma mudança de postura sobre a história afro-brasileira. É uma mudança nas práticas pedagógicas para que se reverta à visão estereotipada sobre a população negra. Esta lei é uma ação afirmativa com o intuito de resgatar a memória e contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (PRADO e FÁTIMA, 2016, p.131)

Sugestões de reuniões: 01

Boas vindas

Pergunta: Como as práticas docentes podem ajudar a resgatar as memórias negras e do escravizado como sujeito da história nos sítios de memórias sensíveis?

Apresentação dos objetivos da reunião

Atividade 1- Desenvolvendo a Empatia – Projeto Baquaqua

Apresentação do vídeo que conta a história do escravizado, Mahommah Baquaqua ⁵³

Após a exibição serão expostos objetos que estarão ligados a uma história negra

Atividade 2 - O grupo deverá escolher através do levantar das mãos um dos objetos apresentados ao público, em cada objeto estará anexado uma das narrativas de vida de pessoas negras, colhidas ao longo dessa pesquisa. ⁵⁴

O objeto com maior escolha, terá a história afixada nele, lida por um dos participantes.

Momento de reflexão

Atividade 3 - Apresentação de imagens de escravizados de ganho com o intuito de demonstrar as atividades diversas realizadas pelos escravizados, fora do âmbito rural. ⁵⁵

Atividade 4 – Apresentação de imagens de afrodescendente e negros livres dos oitocentos e dos novecentos com um pequeno histórico sobre eles. ⁵⁶

Atividade 5 – Exibição de trechos da novela escrava Isaura ⁵⁷

Momento de reflexão em grupo: Relacione a pergunta central com os vídeos e as imagens apresentados.

Pergunta para a roda de conversa: Quais os usos sobre os escravizados na construção do saber comum e do saber acadêmico?

⁵³ Projeto Baquaqua - Mahommah Baquaqua, foi o único escravo no Brasil a publicar uma autobiografia a UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, Feito em parceria entre a e a Universidade York do Canadá, desenvolveram o site de memórias que além de mostrar a trajetória pessoal de Baquaqua, pretende debater a escravidão e o abolicionismo no Brasil e na América do Norte. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/unico-escravo-no-brasil-publicar-autobiografia-ganha-site-de-memorias.html>. Acessado em 13.03.2019

⁵⁴ As narrativas são relato pessoais de experiências vividas. As histórias são reais, mas os nomes são pseudônimos.

⁵⁵ Instituto Moreira Salles. Disponível em www.ims.com.br. Acessado em 20.03.2019

⁵⁶ Negros da História Brasileira. Disponível em www.todamateria.com.br. Acessado em 21.03.2019

⁵⁷ Novela Escrava Isaura. Disponível em www.youtube.com. Acessado em 22.02.2019

Roda de conversa.

Atividade de encerramento: dinâmica com o aplicativo plickers⁵⁸, sobre a temática abordada.

Sugestões de reuniões 02: Existe racismo no Brasil?

Boas Vindas

Apresentação dos objetivos da reunião

Exibição dos vídeos:

Visita a fazenda Santa Eufrásia⁵⁹

A denúncia de racismo e a assinatura simbólico do termo de ajustamento de conduta⁶⁰

Retratação da proprietária⁶¹

Debate mediado sobre o uso público da história da escravidão no Vale do Paraíba.

Sugestões de reuniões 03 -. A importância da ação do professor no cumprimento da lei 10639/03.

Histórico sobre os impactos positivos da lei.

Argumentações teóricas opostas a ideia do escravo-coisa.

Leitura e discussão a partir de trechos das obras de Chalhoud, Reis e Silva, que ratificam, o escravizado como sujeito de sua história.

Desconstruindo o senso comum - dinâmica dos conceitos históricos.

A formação continuada contribui para a prática docente na educação fundamental e fomenta a participação no planejamento de aulas que contemplem o estudo e a investigação da presença e da importância negra no sítio de memória sensível, a fazenda Santa Eufrásia estudado neste trabalho que poderão contribuir com as aulas de campo, quando as mesmas forem realizadas.

⁵⁸ O Plickers é uma ferramenta disponível na versão web e aplicativo para dispositivos móveis, de administração de testes rápidos, que permite o professor escanear as respostas e conhecer em tempo real o nível da turma quanto ao entendimento de conceitos e pontos-chaves de uma aula. Disponível em www.unoieducacao.com. Acessado em 22.02.2019

⁵⁹ A visitação à fazenda Santa Eufrásia Disponível em www.youtube.com/watch?v=hjMeawBjB5k. Acessado em 15.11.2017

⁶⁰ A Denúncia de racismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CrhnEDLQfR0&t=52s> Acessado em 15.11.2017

⁶¹ Retratação da proprietária da fazenda Santa Eufrásia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CrhnEDLQfR0&t=52s>, acessado em 22.03.2019

3.3 Sugestões de práticas junto aos discentes

As habilidades da BNCC -Base Nacional Curricular Comum, que privilegiam essa proposta são:

(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados

Promover uma reflexão em grupo com os alunos , após a apresentação da música Palmares de 1999, grupo musical Natiruts.

Promover atividade de roda de poesias e conversas, tendo como base a obra Colecionador de pedras de Sergio Vaz

Promover a empatia dos alunos através de pesquisas biográficas de personalidades negras no fim do século XIX e início do século XX.

Solicitar o trecho de uma obra, uma poesia, um artigo, uma frase, um relato ou uma ação desses atores sociais.

Promover uma oficina de bonecas abayomis⁶², contextualizando a questão de ser um símbolo de resistência negra.

Apresentar imagens de diversas cidades e paisagens africanas que estejam fora do senso comum. Apresentando uma África desenvolvida economicamente,

Promover rodas de conversa com os alunos sobre a temas e conceitos como Preconceito, Racismo e Racismo Reverso.

Promover oficinas de jogral, com a temática negra, inspirados no poema Navio Negreiro de Castro Alves.

Promover oficinas de jogral, com a temática negra, inspirados na Obra Olhos d'Água de Conceição Evaristo

⁶² Lena Martins foi a educadora popular e militante do Movimento das Mulheres, que ela liderou a confecção das bonecas no Brasil no final dos anos 1980, ao mesmo tempo em que o Movimento Negro organizava uma marcha para lembrar os 100 anos da abolição. Em um cenário em que a questão ecológica estava se popularizando, o objetivo de Lena era fazer da arte popular instrumento de conscientização e sociabilização. No ano de 1988 foi criada no Rio de Janeiro a Cooperativa Abayomi, plataforma fundamental para o fortalecimento da autoestima e reconhecimento da identidade afro-brasileira. Disponível em www.afreaka.com.br. Acessado em 22.03.2019

Promover oficinas de teatro com a temática negra, inspirados na obra Quarto de despejo , de Carolina Maria de Jesus

Promover um sarau literário com poesias e músicas selecionadas pelos alunos

Participar de oficinas de construção de tijolos e paredes de pau à pique para a valorização do conhecimento técnico dos escravizados.

Avaliação

Após consultar junto aos docentes a melhor estratégia para acompanhar e orientar as práticas e estratégias dos professores após a formação, através de visitas ou atendimento a chamados, acreditando ser necessário essa ação junto aos docentes para desenvolvermos em parceria as ações com a criticidade necessária para a viagem de estudo do meio e a seleção dos itens que privilegiem junto aos seus discentes” objetos” de memória negra de negociação e conflito, na fazenda Santa Eufrásia. As etapas desse processo serão enviadas através de e-mail ao departamento pedagógico, em um template com três slides, em modelo padrão a ser enviado pelo departamento pedagógico, onde estarão descritas de maneira resumida ações desenvolvidas, sendo necessário colocar no mínimo duas fotos desses processos e o nome da escola, do professor e da turma na qual está sendo desenvolvido o trabalho.

Conclusão:

As aulas elaboradas pelos professores da rede serão realizadas como propostas pedagógicas em visitas *in loco*, previamente agendadas na fazenda onde serão desenvolvidos as ações e os trabalhos propostos para o local a partir do planejamento das aulas que podem ser executadas no local, tendo como ponto central identificar no espaço a presença da memória negra e suas especificidades no processo de construção desse patrimônio material.

CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado assumiu o papel de promover uma “inversão do olhar” em relação a temática escrava dos oitocentos, tendo como prioridade apresentar ações que demonstrassem a não aceitação do africano e do negro em relação ao seu processo de escravização e as formas criativas de resistência construídas por eles, capazes de atuar, no tempo presente, por uma educação antirracista.

Ao apresentá-los como negociadores, pretendemos demonstrar que eles eram protagonistas de suas histórias e agiam por meio de estratégias contra esse processo de cerceamento de liberdade. Não excluimos desta reflexão o contexto de violência institucional nos campos políticos, sociais e econômicos da época, mas nos debruçamos sobre as ações desses seres humanos em suas múltiplas especificidades e de como agiam contra esse sistema, estabelecendo redes de solidariedade capazes de produzir resistência.

Para tal, esta análise apoiou-se em produções historiográficas resultados de pesquisas que embasaram nosso objetivo inicial, realizadas a partir dos anos noventa do século passado, momento de abertura política brasileira em que novos grupos sociais traziam suas questões e reivindicações ao âmbito público. Com a votação de uma nova Constituição, a reivindicação por direito à memória, floresceu dentro dos grupos minoritários. As mulheres entravam em massa no mercado de trabalho e junto a esse movimento se uniram outros como o movimento negro, onde os negros colocavam suas demandas no cenário político, social e educacional.

Como a produção acadêmica tende a acompanhar e fortalecer esses movimentos, foram incluídos nos estudos acadêmicos, novas temáticas, nesse caso, as trajetórias de vidas e histórias até então contidas/ escondidas nas entrelinhas das fontes primárias começam a ser desvendadas, como evidenciados nos trabalhos dos historiadores João José Reis, Eduardo Silva e Sidney Chalhoub, que servem como norteadores e alicerces desse trabalho. Realizou-se, em primeiro lugar, uma revisão do debate historiográfico que pôs em xeque a noção de escravo-coisa, ponto central para este trabalho.

Com a obrigatoriedade do ensino da História Afro-Brasileira e Africana na Escola acreditamos que essa inserção promoveria um aumento nos estudos e entendimento das contribuições do povo negro para a nossa cultura e que só se tornariam viáveis tendo como aliado nesse processo o professor. A escola, como já citado nesse trabalho é o reflexo da sociedade de que faz parte, portanto, acreditamos que seria o lugar ideal para iniciarmos a “riscar o fósforo” com ações e práticas pedagógicas que acenderiam o candeeiro, para o olhar

do outro, a população negra e da população negra a ela mesma. Com o outro podemos promover a empatia, que é um dos caminhos possíveis para a superação do racismo que está inserido nas entranhas da sociedade brasileira. Mas nesse trabalho a motivação maior foi promover nos alunos o orgulho da quantidade de melanina que traziam na pele, transformar seu olhar em relação a si e sua condição negra, e isto significa lutar contra um estereótipo acerca da escravidão, que põe em evidência a condição de escravo como ser sem história e sem subjetividade, sem nome e relegados de direitos fundamentais e no lugar de submissos ou rebeldes a serem combatidos.

Nesse cenário brasileiro, ocorreram valorizações em relação aos patrimônios materiais, em contrapartida os grupos minoritários trouxeram para a pauta a reivindicação de valorização de seus patrimônios imateriais: essa disputa também é uma questão que permeia todo esse trabalho.

Por conta disso, pensamos maneiras de mobilizar através das aulas de história e visitas de campo esses dois patrimônios, contribuindo com o potencial pedagógico que existem nas memórias de identidade negras “cravadas” nas fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Visando ultrapassar a perspectiva do negro como mera força de trabalho – como na maioria das vezes se reduz a participação negra nesses sítios de memórias sensíveis – pretendemos com essa proposta, valorizar o conhecimento de técnicas e nomear esses atores sociais, quando procuramos o que nos dá identidade, que é o nome, nos tornamos indivíduos/cidadãos e nos fortalecemos nas ações que possibilitaram a caminhada nesses espaços.

Apesar das dificuldades neste percurso, consideramos que esse estudo pode mobilizar outros pesquisadores a “inverterem o olhar” nas suas futuras pesquisas nesses sítios. Sugiro um estudo que contemplem sequências didáticas que permitam a multiplicação de ações propostas nesse trabalho, para dar continuidade ao processo de construção da consciência histórica.

Tendo a Fazenda Santa Eufrásia cumprido os termos do Ajuste de Conduta é necessário que a comunidade negra da região se organize para apresentarem a esse local ações, atividades e projetos culturais que marquem a sua presença/ representatividade no atual contexto histórico – ou seja, ultrapassando a perspectiva de exotização, atendendo as questões pedagógicas que além das escolas, futuramente poderão atender o grande público e assim disseminar ideias de respeito a diversidade étnica nesses espaços.

Em uma sociedade como a brasileira, deveria não ser necessário continuarmos a levantá-lo para melhor iluminar o caminho daqueles que professam da mesma vontade que

expusemos nesse trabalho: valorizar as memórias negras, porque para nós elas importam. É necessário com ao acender esse candeeiro, chamado ensino de história, romper as amarras...

Conclui-se, ainda, que passados dezesseis anos da assinatura da lei que tornava obrigatório o *ensino da história e cultura afro-brasileira e africana* nas redes públicas e particulares da educação brasileira, ainda travamos uma luta para ser que a mesma seja cumprida dentro desses universos educacionais. Ainda é necessário um maior desenvolvimento das práticas docentes referenciadas nesse trabalho, a que acredito contribuíram na mudança em minha prática diária de docente, e se torna, um combustível para que eu continue acendendo o candeeiro, entendendo que sua chama é pequena, as vezes parece frágil, mas resiste. Não é um lampejo, é uma força alicerçada no desejo de transformar vidas, assim como a minha.

REFERÊNCIAS

- A DENÚNCIA DE RACISMO. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=CrhnEDLQfR0&t=52s>>. Acesso em 15 nov. 2017.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução a história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALVES, Tainá Almeida. **O perigo da história única: Diálogos com Chimamanda Adchie**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <www.bocc.unisinos.br/pag/alves-alves-o-perigo-da-historia-unica.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL JONGO CAXAMBU RENASCER. Disponível em:
<<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/associacao-afro-jongo-caxambu-renascer>>. Acesso em 16 mar. 2019.
- AUTRAN, Paula; CANDIDA Simone; GERBASE, Fabíola. Obras para recuperar a beleza roubada pelo tempo, 2013. Disponível em: <www.oglobo.globo.com/rio/obras-para-recuperar-beleza-roubada-pelo-tempo-10554298>. Acesso em 15 fev. 2019.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. Repensando o Ensino de vários autores, 11.ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009.
- BONECAS ABAYOMI. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em 22 mar. 2019.
- BORGES, Taynara. O dia 20 de novembro e o mito da democracia racial no Brasil. Disponível em: <<https://www.portalraizes.com/democracia-racial/>>. Acesso em 25 jan. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.639/03. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 20 jan. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.645/08. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 15 jan. 2017.
- CAMPOS, Sabrina Machado; MORAES, Renata Figueiredo. **O ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira: mudanças e desafios de uma década de obrigatoriedade**. Revista Transversos. Rio de Janeiro. n. 13, mai/ago, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- CONSTRUTORA BIAPÓ. Disponível em: <www.biapo.com.br/site/historia/>. Acesso em 25 fev. 2019.
- CURRÍCULO: território em disputa. Disponível em
<https://www.tribunamt.com.br/2017/11/02/curriculo-territorio-em-disputa>>. Acesso em 20 jan. 2019.

DESBRAVANDO HORIZONTES: A importância das aulas de campo no ensino de história.

Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/trabalhos/Modalidade_1datahora_27_09_2013_14_52_20_idinscrito_1071_26a8c2e64d49ad9bcb2090054f-21e0fe.pdf>. Acesso em 29 dez. 2019.

FAZENDA SANTA EUFRÁSIA: Pedido de desculpas da proprietária. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=cE9931PG590&feature=youtu.be>>. Acesso em 19 mar 2019.

FERNANDES, Alexandre, FONSECA, Marcus Vinícius, SILVA (Org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Edição 2011. Minas Gerais, 2009.

FESTIVAL VALE DO CAFÉ. Disponível em: <www.festivalvaledocafe.com.br>. Acesso em 20 jan. 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**.

Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Disponível em:

<<http://www.gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>>. Acesso em 17 fev. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação**

brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAAE – v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr., 2011.

HISTÓRIA. Disponível em: <www.biapo.com.br/site/historia/>. Acesso em 25 fev. 2019.

HISTÓRIA SOBRE JOSEPH KI-ZERBO. Disponível em: <<http://www.casafrica.es/detalle-who-is-who.jsp%3FPROID=328072.html>>. Acesso em 15 jan. 2018.

INFORMATIVOS BIAPÓ. Disponível em: <<http://biapo.com.br/site/informativos/>>. Acesso em 25 jan. 2017.

INVENTÁRIO DAS FAZENDAS DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE. Disponível em: <www.intitutocidadeviva.com.br/inventarios>. Acesso em 18 jan. 2017.

INSTITUTO CIDADE VIVA. Disponível em:

<<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/>>. Acesso em 28 dez. 2018.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Disponível em: <www.ims.com.br>. Acesso em 20 mar. 2019.

LIMA, Mônica. Como os tantãs na floresta. Disponível em:

<<http://www.construirnoticias.com.br/como-os-tantas-na-floresta/>>. Acesso em 27 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base nacional curricular comum. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 14 mar.2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei obriga ensino de história e cultura afro. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/9403-sp-482745990>> Acesso em 14.mar.2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Fazenda Santa Eufrásia receberá grupos escolares para discutir história e racismo. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-fazenda-santa-eufrasia-recebera-grupos-escolares-para-discutir-historia-e-racismo>>. Acesso em 19 mar. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Termo de Abertura n. 1.30.010.000001/2017-5. Rio de Janeiro: Volta Redonda, 2017

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 62, p. 20–31, 2015.

MUSEU DA EMPATIA. Disponível em: <<https://www.intermuseus.org.br/museu-da-empatia>>. Acesso em 21 mar. 2019.

NARRATIVAS DE PROFESSORES E PROCESSOS DE FORMAÇÃO. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/viewFile/3003/1942>>. Acesso em 18 mar 2019.

NEGROS DA HISTÓRIA BRASILEIRA. Disponível em: <www.todamateria.com.br>. Acesso em 21 mar. 2019.

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE. Disponível em: <www.ntsbrasil.com>. Acesso em 24 fev. 2019

NOVELA ESCRAVA ISAURA. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em 22 fev. 2019.

O PERÍODO DA HISTÓRIA ÚNICA. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt> Acesso em 19 fev. 2017.

PEREIRA, Amilcar Araújo (Org.). **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula**. Brasília: Fundação Vale, 2014.

PEREIRA, Márcia Guerra. **História da África: uma disciplina em construção**. Tese de Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

PLICKERS. Disponível em: <www.unoieducacao.com>. Acesso em 22 fev. 2019.

PORTAL G1: Evangélicos se recusam a apresentar projeto sobre cultura africana. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/11/evangelicos-se-recusam-apresentar-projeto-sobre-cultura-africana-no-am.html>>. Acesso em 27 jan. 2018.

PORTAL G1: Único escravo no Brasil a publicar autobiografia ganha site de memórias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/unico-escravo-no-brasil-publicar-autobiografia-ganha-site-de-memorias.html>>. Acesso em 13 mar. 2019.

PORTAL NOVA ESCOLA: O que podemos aprender sobre cultura afro-brasileira com duas escolas. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/10803/o-que-podemos-aprender-sobre-cultura-afro-brasileira-com-duas-escolas>>. Acessado em 27 jan. 2019.

PRADO, Eliane Mimesse, FÁTIMA, Lilian Elizabete da Silva de. Os desafios da prática docente na aplicação da lei 10.639/03. **Revista Intersaberes**, vol.11, n.22, p. 124 - 139. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/pais-de-alunos-de-escola-no-rj-tentam-censurar-livro-sobre-cultura-africana/>>. Acesso em 24 jan. 2019.

PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Processamento_de_g%C3%A1s_natural>. Acesso em 10 mar. 2019

PROGRAMA INTEGRAÇÃO PELA MÚSICA. Disponível em: <http://www.pim-org.com/pim.php>>. Acesso em 10 mar. 2019.

PROJETO INTEGRAÇÃO PELA MÚSICA. Disponível em: <<http://www.pim-org.com/pim.php>>. Acesso em 10 mar. 2019.

RAMOS, Caroline Martins Rennó. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157>. Acesso em 24 fev. 2019.

REGIS, Katia. **A Lei nº 10.639/2003: desafios e possibilidades de uma política curricular que afirma a diversidade**. In: IV Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação, 2014.

REIS, Caroline Bárbara Ferreira Castelo Branco. **O Vale do Paraíba e o tempo presente: a produção de história pública na formação do grande público sobre a escravidão no Brasil**. Dissertação de mestrado em História: Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. Companhia das Letras, 1ª ed., 2009.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR: **O que dizem os estudantes e professores do ensino fundamental**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7332/7109>>. Acesso em 17.mar.2019

RETRATAÇÃO DA PROPRIETÁRIA DA FAZENDA SANTA EUFRÁSIA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CrhnEDLQfR0&t=52s>>. Acesso em 22 mar. 2019.

REVISTA FÓRUM: Pais de alunos de escola no RJ tentam censurar livro sobre cultura africana. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/pais-de-alunos-de-escola-no-rj-tentam-censurar-livro-sobre-cultura-africana/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

RODAS DO SABER. Disponível em: <www.rodasdosaber.wordpress.com>. Acesso em 17 mar. 2019.

SANTOS, Lorene. **Ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira: dilemas e desafios para a recepção da Lei 10.639/2004**. In: PEREIRA, A.; MONTEIRO, A. (org.). Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Relações aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>. Acesso em 29 jan. 2017.

TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO EM TERRA. Disponível em: <www.ecodesenvolvimento.org>. Acesso em 20 mar. 2018.

TOGO. Disponível em: <www.african-union-togo2015.com/pt/togo/about>. Acesso em 22 mar. 2019.

TOUR DA EXPERIÊNCIA. Disponível em: <www.tourdaexperiencia.com.br>. Acesso em 20 jan. 2019

ULIANA, Isabel. **Escravidão, Cotidiano e Historiografia: o uso da fotografia enquanto fonte histórica para o Ensino da História e Cultura afro-brasileiras**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_hist_artigo_isabel_uliana.pdf>. Acesso em 16 mar. 2019

UMA VISITAÇÃO À FAZENDA SANTA EUFRÁSIA. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=hjMeawBjB5k>. Acesso em 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE GERALDO DI BIASE: Barra do Piraí. Disponível em: <<http://www2.ugb.edu.br/institucional/unidades/barra-do-pirai>>. Acesso em 10 mar. 2019.